

## Editorial

# A CANDIDATURA COMUNISTA

A promoção pelo PCP de uma candidatura comunista à Presidência da República é uma atitude de independência política ao serviço da democracia.

## AS GRANDES DIRECÇÕES DA ACÇÃO POLÍTICA

Ao promover a apresentação da candidatura do camarada Octávio Pato, o PCP desde logo definiu as grandes direcções da sua acção política nas eleições presidenciais:

— Contribuir para a consolidação, estabilidade e prosseguimento do processo democrático;

— Impedir a renovação dum Santa Aliança anticomunista e contribuir para a unidade da classe operária e das massas populares e para a aproximação das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas;

— Contribuir para a continuação da aliança do Povo com as Forças Armadas e para a unidade das Forças Armadas na base dos princípios libertadores do 25 de Abril e da aplicação e defesa da Constituição;

— Criar condições que facilitem a concretização da vontade popular expressa nas últimas eleições, ou seja, a criação dum maioria de esquerda na Assembleia da República e a criação dum governo de esquerda com participação comunista.

A apresentação dum candidatura comunista aparece, na situação existente, como um factor indispensável e essencial para a defesa das liberdades e das conquistas da revolução.

O quadro que se apresenta nas eleições presidenciais é não só complexo como extremamente confuso. O apoio dado

simultaneamente a um candidato militar pelo CDS, PPD e PS, longe de simplificar as coisas, mais as complica.

A candidatura do actual Primeiro-Ministro aparece sem forças políticas organizadas a apoiá-la. Não está ainda excluído que apareçam outras candidaturas militares. Revela-se não haver nem unidade, nem um verdadeiro consenso nesta matéria nas mais altas instâncias militares.

A candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho aparece atirada por pequenos grupos esquerdistas e divisionistas, que as últimas eleições mostraram não ter apoio popular e que se querem agora servir da popularidade daquele militar, para lançar novamente uma política aventureirista e divisionista, que tão graves danos causou já à revolução portuguesa.

Em tão complexa situação, a única posição justa é a apresentação dum candidatura comunista, que na campanha mantenha a voz independente do PCP, que não esteja tolhida e limitada pela linha de qualquer candidato e de outras forças que o apoiem, que possa esclarecer as situações, os problemas e as perspectivas, que possa marcar com as suas posições e o movimento que se crie à sua volta, a força e a independência do movimento operário e popular, cuja opinião e cuja acção são indispensáveis para a construção da democracia portuguesa.

## JOGO PERIGOSO DO PS

A posição do PS em relação às eleições presidenciais é acompanhada do propósito da formação do futuro governo.

Contra as suas anteriores posições, contra governos minoritários, o PS continua a insistir na

(Continua na pág. 2)



# O ALENTEJO NÃO ESQUECE CATARINA

Catarina revive nas lutas diárias do heróico proletariado rural dos campos do Sul. O sangue derramado pela militante comunista na luta pelo pão e pela liberdade fertiliza as searas do Alentejo e o seu exemplo é a bandeira que as massas trabalhadoras erguem bem alto contra todos os que actuam para liquidar a Reforma Agrária.

No passado domingo, Baleizão, a terra que viu lutar e que viu tombar Catarina, encheu-se de povo trabalhador de várias regiões do País. Irmãos de combate de Catarina, os trabalhadores, evocando a mártir comunista, mostravam a sua firmeza em defender a Reforma Agrária.

Com a presença do camarada Álvaro Cunhal, o povo trabalhador do Alentejo reafirmou que a luta continua, com Catarina de pé ao nosso lado! — Págs. 6 e 7.

## CONSTITUÍDA A COMISSÃO DE APOIO PARA A CANDIDATURA DO PCP



A Comissão Nacional de Apoio à candidatura do camarada Octávio Pato para a Presidência da República encontra-se já constituída.

Formada por dirigentes e veteranos do Partido Comunista Português, dirigentes sindicais e outros quadros do movimento operário e popular e intelectuais, todos eles militantes do PCP, é a seguinte a sua composição: Afonso Gregório, Álvaro Cunhal, Álvaro Veiga de Oliveira, Américo Leal, Ângelo Veloso, António Borges Coelho, António Dias Lourenço, António Gervásio, António de Sousa Ribeiro, Armando de Castro, Avelino Gonçalves, Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, Carlos Carvalhas, Carlos Costa, Carlos Pinhão, Cecília Areosa Feio, Dinis Miranda, Domingos Abrantes, Felismina Ribeiro, Fernando Blanqui Teixeira, Fernando Lopes Graça, Francisco Miguel, Georgete Ferrelra, Helder Madeira, Hermenegilda Pereira, Horácio Rufino, Jaime Serra, Jerónimo de Sousa, João Faria Borda, João Terroso Neves, João Vasconcelos Costa, Joaquim Felgueiras, Joaquim Gomes, Joaquim Pires Jorge, Joaquim Ribeiro, Joaquim Seabra Dinis, José Alberto Valério Dinis, José Carlos, José Celeiro, José Magro, José Manuel Maia, José Maria do Rosário, José Pedro Soares, José Vitoriano, Luísa Amorim, Ludgero Pinto Bastos, Manuel da Fonseca, Manuel Guedes, Manuel da Silva, Manuel Vicente, Maria Branca Guimarães, Mário Castrim, Oscar Lopes, Raúl Manquinho, Rogério de Carvalho, Sérgio Vilarigues, Severiano Falcão, Sofia Ferreira, Vasco da Conceição, Vasco Magalhães-Vilhena, Virgínia Moura, Vital Moreira e Vitor Louro.

Entretanto realiza-se uma conferência de Imprensa na qual será apresentada a proclamação do candidato do Partido Comunista.

## Em Portugal

# Forças da Paz analisam a situação no Médio Oriente e a aplicação dos acordos de Helsínquia



Pág. 3

# COMÍCIO

Apoio à candidatura do PCP

Sábado — 29 — 21 h.

CAMPO PEQUENO

Com a participação do camarada Octávio Pato, candidato do PCP às eleições para a Presidência da República, e de outros dirigentes do Partido.

## IX CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA UNIFICADO DA ALEMANHA

Pág. 8



Devido ao aumento de encargos o «Avante!» vai aumentar o seu preço para 5 escudos.

Não possuindo, como a esmagadora maioria dos órgãos de informação, a contrapartida da publicidade paga, somos obrigados a tomar esta medida financeira a fim de que possamos continuar a nossa missão histórica: sermos o porta-voz da classe operária e das massas trabalhadoras, o órgão central do seu partido de vanguarda.

Apesar disso, o «Avante!» continuará a ser o semanário de grande expansão que custa menos. Estamos certos de que os trabalhadores corresponderão a este esforço, seguros de que estão a contribuir para que o seu jornal continue a ser dos mais lidos do país.

## Editorial

# A CANDIDATURA COMUNISTA

(Continuação da pag. 1)

formação de um governo constituído apenas pelo PS, quando o PS não tem maioria na Assembleia da República.

É um jogo perigoso para o processo democrático e para o próprio PS.

O PCP já declarou que não servirá de suporte a um governo PS e à política do PS. O PS que tanto fala no respeito pelas regras democráticas, comece por respeitá-las. O povo português votou contra a direita reacçãoária (contra o CDS e o PPD). Reforçou a confiança no PCP. Votou por uma maioria de esquerda, que existe hoje numericamente na Assembleia da República e que pode dar base suficiente para a formação de um governo de esquerda.

Conforme com o voto popular, o PS tem a estrita obrigação de considerar essa possibilidade, respondendo favoravelmente à proposta do PCP no sentido dum exame conjunto da situação. Apesar das sucessivas recusas do PS, o PCP insiste nessa proposta, porque ela corresponde aos superiores interesses do povo português e da nossa jovem democracia.

Além dessa perspectiva, o PS só tem outra e essa outra é a aliança com a direita, com o CDS e o PPD, para a formação dum governo com esses partidos, ou com um deles, ou para obter o apoio desses partidos na Assembleia da República para a realização duma política de direita.

Este é um perigo real e para ele devem estar advertidos todos os democratas e particularmente os socialistas e simpatizantes socialistas.

Uma aliança declarada ou tácita entre o PS e o PPD ou entre o PS e o CDS significaria sem qualquer dúvida uma política antipopular e antipopular, uma política de recuperação capitalista e agrária, uma política de agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, uma política de subserviência ao imperialismo, no fim de contas, uma política contra o recente voto do povo português nas eleições para a Assembleia da República.

A convivência PS-PPD-CDS no quadro da candidatura do general Eanes para a Presidência da República é de molde a causar profunda preocupação quanto ao futuro.

A candidatura independente do PCP para a Presidência é uma afirmação no pensamento antifascista, democrático e progressista no sentido da formação dum governo de esquerda e duma política de esquerda.

A grande votação no PCP e o reforço da posição do PCP nas eleições para a Assembleia da República foi um factor de extraordinária importância para impedir uma vitória dos partidos reacçãoários para a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

Da mesma forma, um grande movimento de opinião em torno da candidatura de Octávio Pato, será desde já um obstáculo real e indispensável aos conlutos e combinações da reacção, uma afirmação da determinação do movimento operário e popular em lutar por um governo de esquerda e fazer frente a qualquer tentativa de formação de um governo de direita, com uma política antipopular e antidemocrática.

## A GRANDE MANOBRADA DA DIREITA

A direita reacçãoária apoia uma candidatura, mas não tem um candidato. Podemos estar certos de que se, nas eleições para a Assembleia Legislativa, o CDS e o PPD tivessem alcançado a maioria, ser serviços com a ideia de exigir amanhã a Belém um preço político.

O CDS e o PPD procuram colar-se ao "mais forte", ao previsível vencedor, cercá-lo politicamente, deflectir a candidatura para a direita, ser serviços com a ideia de exigir amanhã a Belém um preço político.

A falsidade do CDS revela-se quando, depois de votar contra a Constituição, depois de conduzir uma campanha violenta contra ela, depois de anunciar uma política diametralmente contrária aos princípios constitucionais, vem anunciar que apoia a candidatura do general Eanes porque este declara que cumprirá e fará cumprir a Constituição.

É esclarecedor que o CDS apoie um candidato, ao mesmo tempo que as suas secções da Madeira e Açores, sob a bandeira da Flama e da FLA, o recebam com palavras hostis e provocatórias.

A falsidade política do PPD aparece no seu súbito amansamento de tom. Aquele PPD da voz grossa de antes das eleições, o PPD inimigo declarado das nacionalizações, da Reforma Agrária e do socialismo, afirma subitamente ser um partido progressista e procura, na convivência do apoio a uma candidatura, cria condições para a formação dum governo de direita PS-PPD, mesmo que passando por uma fase transitória do governo PS com apoio tácito PPD.

Para que as forças democráticas se possam orientar correctamente, é indispensável uma apreciação serena e objectiva da situação.

O PCP desmascarará e combaterá firmemente a política e os objectivos reacçãoários do CDS e do PPD, mas manterá a sua já declarada posição em relação às candidaturas de militares membros do Conselho da Revolução: não apoiará nem hostilizará qualquer delas.

## PELA UNIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

Na política do PCP e particularmente na sua posição nas eleições presidenciais pesa a preocupação de contribuir para que se mantenha a aliança do Povo com as Forças Armadas e a unidade das Forças Armadas na base do ideal de liberdade do 25 de Abril, traduzido hoje na Constituição em vigor.

Todos aqueles que querem que se defenda e prossiga o processo democrático devem perguntar a si próprios por que há forças políticas — a direita fascista através dos seus pasquins, o CDS, o PPD e os sectores mais de direita do PS — que, precisamente neste momento, intensificam os ataques contra militares altamente responsáveis, no evidente propósito de provocar divisões, rupturas e modificações nas mais altas instâncias militares.

Devem também perguntar por que colcidem nesta acção grupos provocatórios neonazis e grupos esquerdistas que avançam, como factor de desestabilização militar, a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho.

Da parte da reacção, o propósito é evidente: provocar o afastamento de homens válidos para o processo democrático e abrir caminho para remodelações favoráveis à direita no Conselho da Revolução e noutros órgãos e lugares de chefia militar. Dirigentes reacçãoários, designadamente do PPD, nem sequer escondem esta intenção.

Todos os antifascistas, todos os democratas, estão interessados em que um tal propósito se não venha a realizar.

Isso exige que se combatam as miseráveis campanhas e manobras que procuram dividir os militares, atirar uns contra os outros, levar ao afastamento de gente valiosa e a novos avanços de elementos reacçãoários.

Os próprios militares devem reflectir na experiência e avaliar a perspectiva. Um dos

grandes males da revolução portuguesa foram as incompatibilidades, as divisões, as roturas entre militares do MFA. Novas divisões e roturas entre aqueles que, embora com diferenças de opinião, estão com o processo democrático, poderia ser fatal para o processo e para eles próprios.

É nesta complexa situação que o PCP entende contribuir, com a sua acção independente, com uma candidatura própria e com a sua posição em relação aos candidatos militares que desempenham altos cargos, para que não se acentuem divisões nas Forças Armadas e particularmente nas altas instâncias, mas que, pelo contrário, se reforce o entendimento e a unidade na base dum projecto político essencial: a defesa, a consolidação e o prosseguimento da democracia portuguesa.

## A FORÇA POPULAR

Desde 25 de Abril de 1974 que o PCP tem apontado que o processo da Revolução Portuguesa é conduzido por duas componentes, a militar e a popular, qualquer das quais só por si não poderia ter assegurado a vitória da revolução democrática.

Ainda actualmente, apesar de institucionalizada a nova democracia e de ter entrado em vigor a Constituição, essas duas componentes continuam a ser essenciais.

Nem as Forças Armadas podem ou devem estar ao serviço de qualquer partido, nem os partidos democráticos devem ser instrumentos políticos das Forças Armadas.

O movimento operário e popular é um movimento autónomo. É como força política independente, ao serviço do povo trabalhador e do País, que o PCP desempenha um papel de relevo na vida política nacional.

Na situação criada em torno das candidaturas para a Presidência da República, a afirmação do movimento operário e popular como força política independente é essencial e indispensável para defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução, para fazer frente com êxito aos jogos e manobras da reacção e de todas as forças de direita, para assegurar a consolidação da vida democrática e para criar condições favoráveis à formação dum governo de esquerda.

Essa afirmação de força do movimento popular só se poderá fazer nas condições presentes em torno da candidatura promovida pelo PCP, a candidatura do camarada Octávio Pato.

Para edificar o socialismo, o mais difícil, o mais complexo, é transformar a economia capitalista em economia socialista. Assim, desde os primeiros dias da revolução, as questões de política económica do Estado soviético, de uma importância decisiva, ca revestiram-se de uma importância essencial.

A presente obra é uma análise dos aspectos essenciais da política económica que o Estado soviético pôs em prática durante e imediatamente a seguir à Revolução, quando Lênine estava à frente do Governo soviético.

## A POLÍTICA ECONÓMICA DOS SOVIETES NOS PRIMEIROS ANOS DA REVOLUÇÃO

N.º 13 dos "CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO"

Preço: 30\$00

edições Avante!



em venda economia

questões económicas e sociais

2



a banca ao serviço do capital

a banca ao serviço do povo

edições Avante!

## ENCONTRO DAS EDIÇÕES "AVANTE!" COM OS SEUS LEITORES

Completando dois anos de actividade na legalidade, as Edições "Avante!" promovem no dia 31 de Maio, próximo, na Voz do Operário, pelas 21,30 horas, um grande Encontro com os seus leitores.

Presidirá o camarada Dias Lourenço que fará uma intervenção sobre a vida e a acção da Editorial "Avante!" na clandestinidade.

O Colectivo das Edições "Avante!" apresentará uma comunicação em que será analisada a actividade editorial desenvolvida nestes dois anos da Revolução Portuguesa e as perspectivas de trabalho futuro.

Seguir-se-á um debate com a assistência, findo o qual será distribuída uma lembrança das Edições "Avante!"

todos os meses

## REVISTA INTERNACIONAL

Revista dos Partidos Comunistas e Operários

Preço: 20\$00

Av. Santos Dumont, 11 - 1.º - Lisboa 1

# COMBATER O DIVISIONISMO DESARMAR A PROVOCACÃO

## O Partido apela para a vigilância e a serenidade dos trabalhadores na próxima campanha eleitoral

As pretensões da direita reacçãoária, que são as mesmas da recuperação capitalista, depois da pesada derrota que sofreram nas eleições para a Assembleia da República, voltam a manifestar-se aproveitando o próximo acto eleitoral.

O CDS, partido altamente reacçãoário que se recusou a aprovar a Constituição, pretende colar-se a uma candidatura à Presidência da República que promete fazer cumprir e defender a Lei Fundamental do País. O PPD, que pôs sérias restrições ao texto constitucional, tal como foi promulgado, aparece a apoiar também essa candidatura. E tudo porque essas e outras forças reacçãoárias pretendem recuperar, nas eleições presidenciais, aquilo que o Povo português lhes recusou claramente no acto eleitoral no 25 de Abril findo.

A reacção não desarma, nem desiste das tentativas de desviar em seu proveito o processo democrático, que a Constituição e a vontade manifesta das classes trabalhadoras e das massas populares exige que se mantenha aberto e orientado ao socialismo.

Assim, as forças reacçãoárias diversificam os seus propósitos e iniciativas, que vão desde o terrorismo até ao aproveitamento da próxima campanha eleitoral para prolongar a propaganda anticomunista dos tempos de Salazar e Caetano.

Está neste caso — como assinala a SIP do PCP em nota recente — a anunciada candidatura do chamado PC de P (m-l), grupo de choque a que os partidos da reacção e do imperialismo, PPD e CDS,

destinam o papel de dizer e fazer aquilo que não lhes é permitido pela imagem de respeitabilidade com que se pretendem apresentar.

As primeiras posições públicas tomadas sob o pretexto da candidatura a apresentar por este grupelho são reveladoras dos propósitos e intenções da reacção: criar situações de instabilidade, minar a unidade das massas populares, dificultar a aproximação entre as forças democráticas civis e militares e procurar impedir a criação de uma maioria de esquerda na Assembleia da República e de um governo de esquerda.

Para atingir tais objectivos, a reacção e, neste caso concreto o PC de P (m-l), recorre ao estafado arsenal das calúnias anticomunistas acrescido com novas intrigas e provocações", refere ainda a SIP.

As eleições para a Presidência da República não podem ser transformadas num campo de sujas manobras antidemocráticas e divisionistas. A irresponsabilidade, o aventureirismo dos grupos esquerdistas e a acção

provocatória de grupelhos reacçãoários preparam-se para retirar ao acto eleitoral a seriedade e a importância que assume para a aplicação da Lei Fundamental do País, a Constituição, e para a consequente institucionalização da democracia em Portugal.

Por isso, o Partido

Comunista Português, através da nota que referimos, "apela para a vigilância e para a serenidade dos trabalhadores, por forma a não permitirem que a reacção confunda os campos e as grandes alternativas que se colocam e introduza elementos de perturbação e de divisão nas linhas de defesa das conquistas da Revolução".

A direita reacçãoária encontra infelizmente dentro do próprio PS aliados que nos momentos mais oportunos para a reacção vêm bolsar o seu vesgo anticomunismo.

Um deles é o actual ministro Salgado Zenha que antontem em Almada proferiu insultos contra os comunistas, insultos que mostram cada vez mais onde hoje se situa este dirigente direitista do PS.

Precisamente em Almada o PS perdeu nas últimas eleições mais de 8000 eleitores e o PCP ganhou mais de 3900 enquanto que o PS perdeu a sua posição de partido mais votado a favor do PCP com mais de 2400 votos de diferença. Certamente os trabalhadores socialistas de Almada tirarão as suas conclusões dos insultos anticomunistas do dr. Salgado Zenha. Contra eles e apesar deles os grandes objectivos de unir a esquerda portuguesa, em particular comunistas e socialistas, continuarão a nortear a política unitária do PCP e, no caso concreto das eleições presidenciais, a nortear a campanha eleitoral do candidato independente do PCP.

Diz o dr. Salgado Zenha "que ninguém sabe o que é que o dr. Alvaro Cunhal fez" nos governos em que participou. Pergunte-o aos trabalhadores que a ele recorreram e para quem estava sempre aberta a porta do seu Ministério e aos ministros de boa fé que com ele participaram no governo.

O que faz o dr. Zenha no seu ministério é, — pelo contrário —, muito bem sabido do povo português que vai apertando o cinto graças, entre outras coisas, à "sábria" política financeira do sr. ministro.

Bem sabido... é como quem diz — há muita coisa que não se sabe, não é verdade dr. Zenha?

aberto todos os dias

O PAVILHÃO DO

Avante!

na Feira Popular

# O TERRORISMO NÃO PASSARÁ!

Os trabalhadores não o permitirão. Os criminosos têm de ser punidos

Santo Tirso e Freamunde: mais dois locais escolhidos pelos criminosos impunes na sua campanha de terror. Em Santo Tirso, um morto e dois feridos. Em Freamunde, a terceira bomba em 10 meses. É tempo de dizer basta! É tempo de deter a onda de violência e punir severamente os responsáveis.

Os trabalhadores, o Partido Comunista Português e outras forças democráticas têm denunciado publicamente nomes de criminosos, responsáveis directos e indirectos pelos actos de violência, que já fizeram muitas vítimas. Têm apelado para que as autoridades actuem, para que as autoridades cumpram o seu dever. Mas a onda de terrorismo continua.

As bombas, os espancamentos, os assassinios não intimidam os trabalhadores. A firmeza da sua razão e da sua luta não é abalada. Mas os bandos terroristas do ELP, do MDLP fazem o trabalho violento e ilegal das forças da direita, que pretendem criar um clima de inquietação permanente, procurando desautorizar o processo democrático, apresentando-o como incapaz de governar, como incapaz de manter a autoridade necessária à tranquilidade do país.

Os métodos são conhecidos. A direita reaccionária não faz mais que repetir o que se passou, e passa, noutros países para onde o imperialismo exporta as suas teses de desestabilização. A direita reaccionária, actuando na legalidade, com meios poderosos ao seu dispor, cria as condições para o descontentamento que "justifique" a utilização da bomba. Por um lado, a direita reaccionária contribui o mais que pode para reduzir os orçamentos familiares das classes trabalhadoras. Por outro, manda pôr bombas, espancar e assassinar trabalhadores para apresentar a esquerda como responsável pelo clima favorável ao terrorismo e à violência sem freio.

A direita reaccionária e o fascismo não têm escrúpulos de qualquer espécie. Preparam-se para desrespeitar inclusive pela força a vontade popular, que mais uma vez se manifestou claramente nas urnas em 25 de Abril findo. A ilegalidade é uma das faces da sua moeda política. Não lhe repugna o crime contra famílias inteiras. Não lhe repugna o assassinio de trabalhadores pacíficos.

Não se trata de crimes "políticos". São delitos de criminosos profissionais e como tal devem ser punidos. Não são os trabalhadores que põem bombas. Não é o povo que mata, agride, incendia. São criminosos, muitos deles conhecidos e

apontados pelas populações às autoridades. Que se espera para que estas actuem com decisão e firmeza? Que se espera para que os actos de justiça contra esses criminosos venham a público?

Os trabalhadores do PCP, do PS e do MDP/CDE de Freamunde perguntam, num comunicado conjunto, quais os apoios locais com que contam as organizações fascistas do ELP e do MDLP. Cabe às autoridades responder sem demora a essas perguntas. Não se pode pactuar com o crime. Os criminosos, tanto os que põem as bombas como os que mandam matar, têm de ser punidos.

"Em Freamunde — acrescentam os trabalhadores do PCP, PS e MDP/CDE — existem liberdades democráticas. Uma votação maioritária no PS e no PCP definem Freamunde como uma terra de esquerda. A reacção não tem hipóteses de controlar o povo desta terra através da "moca" ou de bandos de marginais. A reacção aqui não penetra. O povo de Freamunde sabe o que quer e já o sabia no tempo do fascismo institucionalizado. As tradições democráticas desta terra têm raízes profundas. Freamunde foi o berço do proletariado industrial no concelho e este facto importante marca o desenvolvimento, ao longo do tempo, de uma consciência de classe dos trabalhadores que aqui nasceram ou que para cá vieram viver. Compreende-se, por isso, que esta terra seja um engulhão na garganta da reacção.

Mas não são as bombas — lembram aqueles trabalhadores socialistas, comunistas e democratas — que irão alterar a consciência política e de classe dos trabalhadores freamundenses. As bombas que aqui explodem reforçam a sua unidade e o seu nojo pelo fascismo, aumentam a solidariedade operária e contribuem para um reforço das forças de esquerda. As bombas que aqui rebentam, longe de intimidarem o povo desta terra, dão-lhe a medida certa da estupidez e cobardia da reacção.

Estas palavras, que poderiam ser subscritas por milhares, por milhões de outros trabalhadores, dão bem ideia da força da unidade da classe operária e de todas as classes trabalhadoras.

Estas não são vozes isoladas, que amanhã se desagregam. São vozes organizadas, nos seus partidos, nos seus sindicatos, nas organizações do movimento popular de massas. São elas que têm a autoridade legítima de exigir a punição dos criminosos e a certeza para afirmar bem alto que o terrorismo será banido para sempre do nosso país.

# PORTUGAL DEMOCRÁTICO PARTICIPA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO DE PAZ

A Paz no Médio Oriente e o apoio à luta dos povos árabes, a aplicação dos acordos de Helsínquia sobre Segurança e Cooperação Europeias serão os temas dominantes das iniciativas do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, que decorrerão até ao próximo dia 1 de Junho

"Portugal Democrático na Construção de um Mundo de Paz" é a designação genérica de uma série de iniciativas que, desde ontem e até ao próximo dia 1 de Junho, estão a ser promovidas pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

Este conjunto de iniciativas, que se repartirá pelas cidades de Lisboa e Coimbra, agrupam-se em três grandes secções: "Colóquio por uma Paz Justa no Médio Oriente e de Apoio à Luta dos Povos Árabes", "1.ª Assembleia da Paz" e o "Seminário Internacional pela Aplicação dos Acordos de Helsínquia sobre Segurança e Cooperação Europeias".

No decorrer de uma conferência de imprensa destinada à divulgação desta importante iniciativa — e a qual estiveram presentes o padre Teles Sampaio, do CPPC, João de Freitas Branco, em representação do MEIC, e delegados das Faculdades de Economia e de Direito de Coimbra, e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Silas Cerqueira, em nome do Conselho Português para a Paz e a Cooperação expôs as razões da realização do "Colóquio sobre o Médio Oriente".

"A situação existente no Médio Oriente constitui hoje o mais perigoso foco de tensão internacional no Mundo". Citando a resolução do Conselho de Segurança da ONU de 22 de Outubro de 1973, na qual se exige a retirada total das forças israelitas de todos os territórios árabes ocupados desde 1967 e garante a segurança e a independência de todos os Estados e povos da região, Silas Cerqueira acentuou que a orientação do Conselho Português para a Paz e a Cooperação se baseia, sobretudo, nesta resolução.

A este propósito, Silas Cerqueira salientou, ainda, que a solução do conflito que passa pela solução do problema da Palestina, depende também da convocação da Conferência de Genebra — que deverá contar com a presença dos Estados participantes e da Organização de Libertação da Palestina, como único e legítimo representante do povo árabe da Palestina.

Nos trabalhos deste colóquio que ontem se iniciaram em Coimbra, participam personalidades intelectuais e políticas do mundo árabe, o que acontece pela primeira vez em Portugal. Para o efeito, encontram-se em Portugal representantes da União Socialista Árabe (Líbia), da União Socialista das Forças Populares e do Partido do Progresso e do Socialismo (ambos de Marrocos), Aziz Sherif (ministro do Estado do Iraque), um dirigente progressista jordano, o chefe de redacção do jornal egípcio "Al Akbar" e um alto representante da Organização de Libertação da Palestina.

Ontem realizou-se, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, a sessão solene inaugural do Colóquio, durante a qual intervieram o Reitor da Universidade, representantes do Conselho Mundial da Paz, da Organização de Libertação da Palestina, um membro do Governo Português, um representante da Faculdade de Economia e outro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

Durante o dia de hoje serão debatidos alguns temas de extrema importância e actualidade, como sejam a estratégia e os objectivos do imperialismo no Médio Oriente, a questão do petróleo e a agressão imperialista e israelita, a política de independência nacional do Portugal democrático e suas relações com os países árabes, a questão da Palestina e a situação nos territórios árabes ocupados.

Amanhã, as intervenções centrar-se-ão sobre as repercussões globais da situação no Médio Oriente, sobretudo no que diz respeito à segurança e cooperação europeias e à região mediterrânica, sobre a situação criada pela agressão imperialista e israelita à luz do

Direito Internacional, sobre a solução global da crise e, nomeadamente, sobre o movimento de solidariedade internacional e a luta por uma paz justa naquela região do globo.

Também amanhã proceder-se-á à aprovação da Declaração Final do Colóquio, bem como das conclusões dos debates.

O "Colóquio por uma Paz Justa no Médio Oriente e de Apoio à Luta dos Povos Árabes" encerra-se amanhã à noite com uma sessão pública, no decorrer da qual usarão da palavra os representantes da Faculdade de Direito de Coimbra, da Argélia, do CPPC, da Organização de Libertação da Palestina e o Comandante da Região Militar do Centro, brigadeiro Franco Charais.

Neste mesmo dia, o Reitor da Universidade de Coimbra oferece aos delegados um jantar.

A 1.ª Assembleia da Paz — órgão supremo do CPPC — decorrerá nos dias 29 e 30 de Maio. No dia 29 de Maio, no Anfiteatro da Biblioteca Nacional, decorrerá a sessão inaugural, com intervenções de elementos do CPPC, e nela será feita uma retrospectiva da actividade do movimento. Anunciar-se-ão as perspectivas e as grandes linhas de rumo pelas quais se orientará o CPPC até à realização da próxima Assembleia. Ainda nesse dia proceder-se-á à eleição da Presidência, da Direcção Nacional, do Secretariado Nacional e da Comissão Fiscalizadora do CPPC.

À noite, mas desta feita na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, realizar-se-á uma sessão pública na qual participarão representantes do Conselho Superior de Luta do PAIGC, do Comité Central da FRELIMO e do "bureau" político do MPLA. Pensa-se que estarão ainda presentes os ministros Melo Antunes, Vitor Crespo e Vitor Alves.

O dia de domingo será dedicado aos debates sobre a segurança e a cooperação europeias e o desarmamento, sobre desenvolvimento e independência nacional e sobre solidariedade internacional. Finalmente, às 17 e 45 horas, terá lugar a sessão de encerramento da "1.ª Assembleia da Paz", que se realiza pela primeira vez após o 25 de Abril de 1974.

Por último, o "Seminário Internacional pela Aplicação dos Acordos de Helsínquia sobre Segurança e Cooperação Europeias" terá lugar nos dias 31 de Maio e 1 de Junho na Fundação Calouste Gulbenkian e contará com a participação de individualidades representativas da União Soviética, da Inglaterra, França, República Federal Alemã, Bélgica, Holanda, Finlândia, Jugoslávia, Polónia, República Democrática Alemã, Hungria e Bulgária.

No primeiro dia e após a sessão inaugural — durante a qual usará da palavra um membro do Governo português — serão lidos relatórios sobre o significado e alcance da acta final de Helsínquia e dos primeiros acordos nela contidos, sobre o balanço da sua difusão e aplicação dos acordos, sobre os obstáculos e perspectivas do desarmamento na Europa, sobre o papel da opinião pública e dos povos, e sobre a aplicação dos acordos de Helsínquia e a luta pela consolidação da democracia, pelo progresso social e pela eliminação do fascismo.

No dia 1 de Junho, e antes da aprovação da Declaração Final e das Conclusões dos debates, os participantes analisarão o problema da cooperação económica, social e cultural paneuropeia, bem como as perspectivas de desarmamento militar, de cessação da corrida aos armamentos e o problema do desarmamento, tudo à luz dos acordos de Helsínquia.

Na noite desse dia realizar-se-á uma sessão pública de encerramento durante a qual usarão da palavra representantes das delegações estrangeiras e participantes portugueses.

# A LUTA DOS TRABALHADORES CONTINUA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Perante a descarada política de recuperação capitalista e as tentativas de fazer descarregar sobre as costas de quem trabalha as consequências da crise, a classe operária e os trabalhadores mantêm-se firmes e determinados

As massas trabalhadoras prosseguem firmemente na defesa dos seus interesses, apesar da ofensiva desencadeada de há uns meses a esta parte pelas forças do patronato reaccionário, as quais estão intimamente ligadas, não só à viragem à direita operada na vida política portuguesa, como também à própria actividade das forças da reacção e do fascismo contra a democracia.

Nas fábricas, nas empresas, nos escritórios, nos hotéis, nos campos e nos barcos, em todo o lado onde a exploração do homem pelo homem ainda se faz sentir, pode dizer-se que, aí, as massas trabalhadoras resistem firmemente à ofensiva do grande capital que tenta recuperar algumas das importantes posições perdidas no 25 de Abril, no 28 de Setembro e no 11 de Março.

A classe operária e as massas trabalhadoras continuam a dar provas de grande firmeza, de combatividade e de unidade. Contra ventos e marés, contra todos os que pretendem lançar o veneno da divisão e da derrota, contra os provocadores e os oportunistas, contra os traidores e os aventureiros, contra os lacaios do patrão e do capital, ergue-se o poderoso muro de combate e de unidade dos trabalhadores.

Antes da tomada de posse do VI Governo, a luta das massas trabalhadoras, que era uma luta pela defesa e consolidação do processo revolucionário, encontrava eco ao nível dos órgãos do poder, por que aí se encontravam homens preocupados com a defesa dos interesses das massas trabalhadoras. Com a tomada de posse do VI Governo e, mais acentadamente, após os acontecimentos de 25 de Novembro, essa situação alterou-se radicalmente.

CONTRA A POLÍTICA ANTIPOPULAR A FORÇA DA RAZÃO!

As massas trabalhadoras já não confiam nos responsáveis governamentais. A política antioperária e antipopular do Mi-

nistério do Trabalho, a política de recuperação capitalista apadrinhada pelo Ministério das Finanças, a defesa dos interesses mais reaccionários patrocinada pelo Ministério do Comércio Interno, no fundo, a escandalosa política antipopular do VI Governo, promovida por ministros virados para a recuperação capitalista, tem conduzido as massas trabalhadoras ao reforço das suas lutas pela defesa dos seus justos e legítimos interesses e, simultaneamente, ao reforço da sua unidade de acção.

Porque, esgotadas as possibilidades de diálogo com as entidades governamentais — que se voltaram decididamente para o campo do patronato — as massas trabalhadoras apenas podem contar com a sua combatividade e firmeza, com a sua unidade e organização. E assim tem acontecido.

## EM LUTA PELO PÃO!

A combatividade das massas trabalhadoras contra a actividade do patronato reaccionário, a sua firmeza perante as tentativas de recuperação capitalista, a recusa e a denúncia da política antioperária e antipopular de determinadas autoridades governamentais, a clara defesa da unidade das massas trabalhadoras perante os ataques divisionistas lançados pelos falsos amigos do povo — sejam eles reaccionários declarados ou envergurem a capa do extremismo — continuam a ser as bandeiras que as massas trabalhadoras devem erguer para defender o processo democrático e construir o caminho que nos há-de levar ao socialismo, à completa extinção da exploração do homem pelo homem.

Os últimos processos de luta desencadeados pelas massas trabalhadoras são exemplos, na medida em que confirmam que só pela unidade e organização os trabalhadores podem atingir a satisfação dos seus justos e legítimos an-

seios, cuja concretização deve ter em consideração a análise concreta da situação concreta.

Os trabalhadores da indústria hoteleira em empresas sob intervenção estatal têm vindo a desencadear várias formas de luta, incluindo paralisações parciais, com o objectivo de pressionar as entidades responsáveis e de as levar a cumprir o Contrato Colectivo de Trabalho — o que sucede na maioria das empresas privadas.

Salientando que, se até ao dia 30, as suas reivindicações não forem atendidas, decretariam a paralisação total da sua actividade, os trabalhadores da indústria hoteleira manifestam-se contra a manobra que consiste em ir resolvendo este litígio empresa por empresa, o que constitui uma flagrante manobra divisionista. Em vez da justa consideração das reivindicações dos trabalhadores, do patronato e os departamentos de quem dependem, procuram fazer chantagem e pressionam os trabalhadores tentando responsabilizá-los por uma eventual quebra do turismo português.

Entretanto, encontram-se desde anteontem em greve alternada os trabalhadores do comércio retalhista do distrito do Porto, para obrigarem a entidade patronal a negociar o contrato colectivo. Mostrando uma vez mais a justeza da sua luta, que é dirigida contra o patronato reaccionário, os trabalhadores salvaguardaram os interesses do público consumidor, uma vez que estão em causa os produtos alimentares.

Por outro lado, enquanto também os trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Setúbal podem entrar em greve devido ao impasse surgido nas negociações do contrato colectivo, o Sindicato dos Electricistas do Norte alertam as massas trabalhadoras para o perigo que vivem 400 trabalhadores da empresa SEOP (Norte) de serem despedidos.

Também vários sindicatos do Norte e a União dos Sindi-

catos do Porto têm vindo a desenvolver grandes esforços no sentido de compilar elementos comprovativos das graves fraudes efectuadas pelo ex-patrão da Rolsol.

Enquanto os trabalhadores livreiros preparam um plenário nacional e os reformados da previdência decidiram efectuar uma grande concentração nacional em luta pela obtenção das pensões iguais ao salário mínimo, também os trabalhadores do sector das telecomunicações dos GTT desenvolvem uma luta reivindicativa no que respeita ao pagamento das horas extraordinárias.

Por sua vez, os trabalhadores de Cabo Ruivo do Sector C da Petrogal, em moção aprovada por unanimidade, repudiaram as tentativas de reintegração de elementos afectos ao ELP e à FAC, anteriormente saneados. Concretamente, os trabalhadores não aceitam a decisão das autoridades de mandar readmitir um indivíduo despedido por justa causa por pertencer ao ELP.

Os trabalhadores da indústria de madeiras, que estiveram em greve na passada sexta-feira, podem voltar a decretá-la, caso a concessão dos trinta dias de férias por que vêm lutando não entre imediatamente em vigor.

Também os metalúrgicos de Braga da empresa Metais Prumo decidiram iniciar uma paralisação total da actividade a partir do próximo dia 1 de Junho, caso a entidade patronal não pague os salários mínimos fixados na portaria respectiva aos metalúrgicos.

Todas estas lutas da classe operária e das massas trabalhadoras, mais as que estão em pleno desenvolvimento na União Rodoviária do Caima, são entre muitas outras, uma firme prova de que, para as massas trabalhadoras, face à descarada política de recuperação capitalista e às tentativas de fazer descarregar sobre as costas de quem trabalha as consequências da crise, só o recurso da luta pode alterar decisivamente a sua difícil situação.

# AS CRUZADAS DA «LUTA»

Desta vez, a insistência na calúnia contraria o preceito de que da calúnia alguma coisa fica

"A Luta" tem a sua clientela. Naturalmente, é para ela que escreve. E, como gostos não se discutem, gostar, por exemplo, da insinuação caluniosa arvorada em jornalismo está no direito de cada um. Mas há também o direito dos outros, daqueles que, sendo "A Luta" pública, em público a encontram e a folheiam. Entre esses há os que, como nós, não gostam do amarelo, que é, sem conotação política, a cor da doença e de outras coisas detestáveis, como o vômito, a bilis e a morte.

Não queremos saber, por enquanto, dos pesos e medidas utilizados pelo "pluralismo" do jornal, que se autodenomina ainda "socialista" e de "independente". É lá com eles. Mas já é conhecido, isso sim, a agressão pública e diária da incompetência jornalística, do uso da calúnia, da diátribe pacóvia, da insinuação barata, da injúria alarve e insistente.

Há pior! Sem dúvida que há. Mas não podemos pensar em todos os maus cheiros que encontramos na rua. Basta-nos tapar o nariz. "A Luta" aparece, todavia, como órgão "socialista", como órgão de esquerda, preocupado certamente com a defesa do processo democrático. E aí a responsabilidade aumenta, para quem escreve, para quem lê e para quem critica.

Vejamos: o jornal "A Luta" dedica pelo menos em seis números, espaço considerável a uma das suas ridículas "cruzadas" (outra foi a dos "cubanos") áquilo a que chama, em título, na primeira página de 6 de Maio, "o material electrónico da RDA". O jornal lança um grito de alarme. Vê a segurança nacional ameaçada. Fala no "mais variado e insólito ferramental". Só lhe falta ver os "cubanos", que inventou em Portugal, armados com "o insólito ferramental" enviado pela República Democrática Alemã para serviço da sua embaixada em Lisboa.

"A Luta" enreda-se na calúnia. Desmascará-la foi fácil. O assunto da "carga diplomática" que o jornal encheu de insinuações caluniosas não era assunto sequer. Tratava-se de uma verificação alfanumérica de rotina. A "carga diplomática" nada tinha de "insólito" ou de duvidoso. Era apenas material de telecomunicações e equipamento radiotelegráfico.

"A Luta" via nele "escutas", sinistras intenções. Mas o delírio tem limites e a "cruzada" acabou no ridículo. A importação estava autorizada legalmente e os volumes não confinam mais do que fora autorizado, à semelhança do que tem sido permitido a embaixadas de outros países, situação que nada tinha, portanto, de excepcional.

Mas "A Luta" quando não encontra a excepção inventa-a. E não lhe chega o espaço de um número. Prolonga o boato, quer fazer dele notícia. Fez o mesmo com outros "casos" que inventou. Fez o mesmo com os "cubanos", com Vitor Louro e com outras calúnias e insinuações.

Os propósitos são claros e estão à vista em todos os números do jornal com "cargas diplomáticas" ou sem elas. Os objectivos são sempre os mesmos. São as tentativas diárias e diariamente falhadas de denegrir o socialismo e os países socialistas, de caluniar e de tentar fazer passar essas calúnias por verdades.

Mass, hoje, mesmo esses processos indignos e esses objectivos, que eram e são os do fascismo, exigem algum profissionalismo, requerem um mínimo de competência. Os redactores da "Luta" nem esse têm. O estilo do boato provinciano ressalta logo na primeira linha. Ninguém, em seu juízo, pode acreditar. A calúnia vem nua, a insinuação é transparente.

Os redactores da "Luta" estarão certamente muito

ocupados e não podem ler tudo o que de mais sofisticado inventa a imprensa fascista e reaccionária por esse mundo fora contra o movimento comunista internacional e contra os países socialistas. Mas, que diabo! "Cubanos" e "insólito ferramental" é demais.

A escola antidemocrática da invenção caluniosa contra o Partido Comunista Português, contra o socialismo e contra as virtudes dos trabalhadores do mundo socialista tem larga tradição em Portugal. Os redactores da "Luta" a quem cabe essa tarefa têm por cá muito por onde aprender. No que toca à quantidade, o jornal esmera-se. Não há dia em que não pratique. Descobre em todo o mundo vasto material para alimentar a provocação e a calúnia contra os países socialistas. Mas isso não chega. A qualidade também

## FEIRA do LIVRO do PORTO

stand das edições **Avante!**

livro do dia

5.ª feira — A Comuna de Paris, V. I. Lênine — 20\$00 — 25\$00  
 6.ª feira — A Questão Agrária, V. I. Lênine — 60\$00 — 40\$00  
 Sábado — Desenhos da Prisão, — Álvaro Cunhal — 30\$00 — 20\$00  
 Domingo — O Leninismo e a Transição do Capitalismo ao Socialismo (3 volumes) K. Zaradov — 30\$00 — 60\$00  
 2.ª feira — Até Amanhã, Camaradas, Manuel Tiago — 10\$00 — 60\$00  
 3.ª feira — Curso Básico do Comunismo Científico (1.º, 2.º e 3.º volumes) — 10\$00 — 60\$00

Neste dia — Dia Mundial da Criança — além de uma distribuição de balões, as crianças poderão adquirir o livro "25 de Abril" ao preço especial de 2\$50.

# O PROBLEMA DOS RETORNADOS NÃO É UM PROBLEMA SEM SOLUÇÃO

Desmistificar toda a manipulação que a direita reaccionária tem feito dos retornados é urgente

O problema social que representam os retornados das ex-colónias tem de ser encarado e estudado, objectiva e serenamente, para que não prossiga a desinformação que, só à direita reaccionária aproveita.

Neste aspecto é importante que os trabalhadores portugueses saibam que os retornados são na sua maioria vítimas da colonização fascista, manipulados depois pela direita reaccionária que os atirou para situações extremas e que nunca procuraram resolver a situação dos retornados mas antes agravá-los para melhor os poder utilizar.

O Partido Comunista Português foi o único partido que sempre teve uma opinião real e verdadeira sobre a luta de libertação dos povos africanos. O problema dos retornados, sobre o qual o Partido Comunista já por várias vezes se tem pronunciado, sem escamotear a verdade ou avançar falsas promessas, tem de ser analisado desde a sua origem.

Por outro lado, é fazer o jogo da direita dizer que cada retornadado é um reaccionário, e tomar tal atitude é atirar para os braços da reacção os portugueses que vieram das ex-colónias.

A emigração para África, como todos estão recordados, só foi facilitada pelo regime fascista quando a luta de libertação das populações africanas eclodiu. Mesmo assim, o governo de Salazar e Caetano continuou a preferir a emigração portuguesa para os países da Europa, dando todas as facilidades, inclusive para a emigração clandestina (era frequente a PIDE/DGS fechar os olhos à passagem de emigrantes quando não participava mesmo no tráfico de emigrantes), no intuito de auferirem divisas, deixando os territórios de África como coutadas dos monopólios nacionais e estrangeiros (Gulf Oil, Diamang, Vinhas, Champallimud, Espírito Santo, etc.).

Os portugueses que partiam para África ou aqueles que, depois de cumprirem ali as suas comissões de serviço militar, optavam por ficar, mas não faziam do que procurarem as condições de vida necessárias que não existiam em Portugal e que o regime fascista nunca se preocupou em criar.

De um modo geral, como salienta um comunicado de um organismo do Partido Comunista, que aborda o problema dos portugueses vindos das ex-colónias, "o retornadado foi um emigrante, situação esta que, só por si, já muitos nos esclarece sobre o seu drama socioeconómico, afinal o mesmo de tantos outros portugueses emigrados noutras paragens do globo. Quando o trabalhador emigra não o faz, decerto, por aventura, pelo contrário, são as más condições de vida na sua terra que a tal o obrigam. O regime deposto em 25 de Abril de 1974 foi o único e exclusivo responsável pela emigração, pela sangria de mão-de-obra barata para o estrangeiro onde apenas foi enriquecer as economias locais".

A emigração para os países da Europa atingiu, em poucos anos, números astronómicos e rapidamente a colónia de emigrantes portugueses na França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suécia, Inglaterra e até na Espanha, para já não falar dos portugueses do continente americano, representava o dobro dos emigrantes portugueses nas ex-colónias.

O povo português via-se obrigado a procurar no estrangeiro as condições de vida que não existiam em Portugal. E se nos países europeus os emigrantes eram explorados pelo grande capital, que não hesitavam em aproveitar a situação clandestina de grande parte dos emigrantes para pagar salários mais baixos ou obrigá-los a trabalhos que os cidadãos desses países não queriam fazer, também nas ex-colónias os portugueses que para ali se deslocaram foram vítimas de uma estratégia política que nunca visou os seus interesses. A muito menos, diga-se, a verdade, os dos trabalhadores africanos. A política fascista visava sim os interesses dos monopólios nacionais e dos grupos económicos estrangeiros com os quais mantinha estreita ligação financeira.

A luta de libertação inevitável por parte das populações das ex-colónias veio actualizar o problema que sempre existiu. Também aqui o fascismo tem culpas gravíssimas, mesmo sem falarmos dos massacres que se cometeram à sombra da defesa "da civilização ocidental".

## VÍTIMAS DA COLONIZAÇÃO...

Alheios na maior parte dos casos a uma realidade que não os tocava directamente, enganados por uma propaganda política que lhes falseava propositadamente, e com interesses muito diversos, o que se passava em África, grande parte dos retornados vê como a causa imediata dos seus males a Revolução de 25 de Abril, esquecendo, devido a uma deficiente preparação política, que a origem da sua situação actual resulta directamente da colonização fascista e da manipulação de que foram alvo por parte das forças de direita, logo que se tornou evidente a libertação das ex-colónias.

Grande parte dos retornados, muito embora tivesse a noção de que os monopólios nacionais e estrangeiros os exploravam (quantas vezes não perguntaram entre si para onde iam e onde estavam os lucros dos diamantes, do café e do petróleo? quantas e quantas vezes não se revoltaram contra o chamado sistema de "pagamentos inter-territoriais", porque tinham a percepção de que o resultado das grandes riquezas das colónias não serviam a mais ninguém senão aos grandes senhores do capital?) nunca tiveram a oportunidade de equacionarem correctamente o problema pois a máquina de propaganda fascista se encarregava de lhes apresentar um panorama que em nada correspondia à realidade.

O povo português nada lucrava com as colónias mas somente os monopólios que exploravam aqueles territórios e as suas riquezas. Os nomes que lá apareceram à frente da exploração de toda a economia tinham o seu reverso em Portugal, mas os interesses eram os mesmos e os mesmos capitalistas pontificavam tanto em África como na Europa.

Toda esta propaganda veiculada pelo sistema fascista tinha por fim a manipulação dos colonos portugueses que, sentindo-se explorados por um lado, não compreendiam que eram o instrumento de ligação para uma exploração ainda maior, que era a exploração das riquezas desses países e a tremenda exploração dos naturais desses países.

Convém precisar que os colonos não iam para lá no intuito de explorarem os naturais mas, inconscientemente, passavam a

servir um determinado sistema que baseava toda a sua acção na exploração dos africanos.

Quando a justa guerra de libertação dos povos africanos começa, os colonos brancos não se apercebem de que o inimigo dos africanos é também o seu inimigo, que quem explora de uma maneira vergonhosa o africano é o mesmo que os explora, ou seja, os monopólios. O colono não consegue aperceber-se de que a guerra de libertação, ao contrário do que afirmava na altura o regime fascista (embora a partir de dado momento o grande capital também já não acredite e comece a procurar soluções neocolonialistas), não se resolve no campo de batalha mas sim a nível político.

E quando lhe falam na guerra de libertação dos povos africanos, os colonos na sua totalidade menosprezam o problema.

Entretanto, ainda o 25 de Abril não se previa e já os grandes interesses monopolistas estudavam novas formas de exploração colonial, lutando o problema da independência das ex-colónias portuguesas, lançavam já formas neocolonialistas de dependência dos povos africanos. Mas a política que se desenha não tem em vista defender os interesses quer dos africanos quer dos colonos, antes procura assegurar a permanência da exploração dos grandes monopólios. Os colonos portugueses serviram apenas para assegurar essa exploração ao mesmo tempo que, eles também, serão inevitavelmente explorados.

Um povo não é inteiramente livre se continua a dominar outros povos. E com a Revolução de 25 de Abril vem todo o processo de descolonização que não foi fácil e teve entraves de toda a ordem praticados pelos serventuários do imperialismo. Spínola é o porta-voz de lança desta política neocolonialista.

Despolitizados e imediatamente manipulados pela reacção, que procura criar um clima de instabilidade social e económica nos novos países africanos, alterando todas as estruturas produtivas, os portugueses das ex-colónias são atirados para situações que muitos hoje já compreendem que não defendiam os seus interesses.

## ... E DA REACÇÃO INTERNACIONAL

Utilizados como factor de desestabilização, a reacção interna e externa jogou nos retornados (e continua a jogar) para atingir os seus fins, não só em Portugal, como nos novos países africanos.

Assim, nestes últimos, evitando que os portugueses ali residentes se integrem e colaborem na construção dos novos países, provoca deliberadamente a fricção que irá levar ao êxodo de uma maioria deixando as estruturas económicas das ex-colónias completamente abaladas.

Os dois objectivos são visados: provocando o descalabro económico em África pensa-se que deste modo as posições dominantes serão facilmente alcançadas; por outro lado à massa de retornados em Portugal, ao mesmo tempo que vem agravar os problemas económicos existentes, constitui uma reserva de instabilidade política que a direita reaccionária procura manter em estado latente para aproveitar nos momentos em que lhe convém.

Toda uma campanha é levada a efeito para criar o clima propício às manobras da direita reaccionária.

Entretanto, a reacção continua a jogar, mesmo depois de perdidas as primeiras cartas. E movimentam-se no sentido de impedir as relações entre Portugal e os novos países africanos. Procedendo assim, procura cavar ainda mais o fosso e impedir que grande parte dos retornados, vendo que tinham sido ludibriados, regressem novamente às terras onde saíram para colaborar na construção da nova sociedade em África.

## AGOSTINHO NETO ABRE PERSPECTIVAS

Contudo, perspectivas de uma solução para o problema dos retornados que pretendam voltar a Angola para aí colaborarem com as estruturas novas que existem, surgiram com o discurso que o Presidente Agostinho Neto proferiu em Luanda e no qual frisou que os milhares de retornados que existem em Portugal e noutros países devem regressar a Angola, a menos que não o desejem.

Depois de salientar no seu discurso que "os portugueses que querem voltar a Angola devem primeiro libertar-se da sua mentalidade colonial", o Presidente Agostinho Neto afirmou:

"Se qualquer português, que não seja criminoso nem tenha cometido actos violentos contra o nosso povo, quiser regressar, deve tomar consciência de que terá de se adaptar ao sistema estabelecido aqui e não deve voltar para ser de novo patrão ou capataz."

Ainda no seu discurso, o Presidente da República Popular de Angola referiu-se-lhe aos angolanos que optaram pela nacionalidade portuguesa, acrescentando:

"Gostaríamos que regressassem o mais depressa possível e criarmos condições para o seu repatriamento."

Outros problemas se relacionam com os retornados, desde a sua integração na sociedade portuguesa até à hipótese de regressarem novamente aos novos países africanos que abandonaram.

Estes e outros assuntos abordaremos no nosso jornal para que a manipulação não seja possível, aproveitando a despolitização de grande parte dos retornados.

# PRÉMIO SOEIRO PEREIRA GOMES PARA «ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS»

Dois escritores portugueses, dos mais notáveis da sua geração, ficam, a partir de agora, com os seus nomes ainda mais ligados do que estavam. Soeiro Pereira Gomes, escritor e militante comunista, e Manuel Tiago, militante comunista e escritor, unidos pela mesma dedicação à causa da classe operária e das massas trabalhadoras, unidos pela mesma fidelidade sem limites à vanguarda revolucionária dos trabalhadores portugueses — o PCP — e ainda ligados pela alta qualidade e importância ideológica da sua obra literária, ficam agora mais ligados na história da literatura portuguesa.

Com efeito, acaba de ser atribuído o "Prémio Soeiro Pereira Gomes" à obra "Até Amanhã, Camaradas", da autoria de Manuel Tiago e publicado pelas Edições "Avante!". E pode dizer-se que nada mais justo do que o que aconteceu: a primeira vez que o "Prémio Soeiro Pereira Gomes" é atribuído sê-lo-á à obra de um escritor comunista.

O prémio, atribuído por unanimidade do júri, vem assim galardoar uma obra importantíssima de um militante do nosso Partido. Na Nota Sobre o Autor inserida na edição legal de "Até Amanhã, Camaradas" pode ler-se:

"O original dactilografado do romance «Até Amanhã Camaradas» foi encontrado, junto de outros originais, num arquivo formado, no decurso dos anos, ao sabor de incidentes e acidentes na vida agitada daqueles mesmos dos quais o romance dá alguns exemplos típicos.

"Desconhece-se quem é o autor. O único exemplar encontrado não tem

assinatura. Só, numa pequena folha apenas e agraphada, podia ler-se, em rabisco apressado, o nome de Manuel Tiago, pseudónimo de certeza.

"Foram consultadas pessoas que poderiam dar eventualmente indicações conduzindo a uma identificação. Sem resultado. O autor fica assim merecendo o título de "homem sem nome", tal como os personagens do seu romance."

A este romance de homens sem nome escrito por um homem sem nome acaba de ficar ligado um grande nome da literatura e do movimento operário português: Soeiro Pereira Gomes.

Outro livro de Manuel Tiago foi, entretanto, publicado pelas Edições "Avante!": "Cinco Dias, Cinco Noites" confirma a rica experiência vivida pelo seu autor, já evidente nesse notável "Até Amanhã Camaradas". Lê-los, é uma obrigação de todos os comunistas, de todos os trabalhadores, de todos aqueles que, um dia, queiram fazer a história heróica de milhares e milhares de anónimos combatentes pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, que tudo deram à causa da classe operária e do nosso povo.

O "Prémio Soeiro Pereira Gomes", da Associação dos Editores e Livreiros do Porto e referente ao ano de 1975, é, pode dizer-se, mais do que um prémio a um autor e a uma obra, um reconhecimento a todos esses homens e mulheres, aos comunistas portugueses, verdadeiros e legítimos heróis desse livro, verdadeiros e legítimos heróis do nosso povo.

# JOVENS POLACOS NO «AVANTE!»

A presença entre nós de uma delegação da F.U.S.J.P. veio reforçar os laços de solidariedade e de cooperação entre a juventude polaca e as organizações progressistas juvenis do nosso país

Regressou no passado dia 21 ao seu país uma delegação da Federação das União Socialistas da Juventude Polaca, constituída pelos camaradas Czesław Lech, membro do Conselho Executivo Supremo, Wojciech Koncewicz, responsável por uma Direcção Distrital e membro do Conselho Supremo, e Albano Nunes, membro suplente do CC.

Na sequência da sua estada, os jovens polacos visitaram duas cooperativas agrícolas da margem sul, tendo dialogado com os trabalhadores num ambiente de amizade e franca solidariedade.

## SOLIDARIEDADE

Antes de regressarem ao seu país, os camaradas Lech, Koncewicz e Kaminsky estiveram na redacção do "Avante!", onde foram saudados pelo nosso director, camarada Dias Lourenço.

Seguiu-se uma mesa-redonda durante a qual os camaradas polacos nos transmitiram as suas impressões acerca do que viram em Portugal e falaram, em linhas gerais, da actividade da juventude na Polónia e das futuras relações com a juventude progressista do nosso país, nos sectores do turismo juvenil, do intercâmbio de experiências de organização e trabalho e de actividade cultural e científica.

Depois de terem manifestado a sua profunda solidariedade com a luta do nosso povo e com o PCP, os militantes da Federação das União Socialistas da Juventude Polaca salientaram a hospitalidade e a amizade que sentiram ao longo da estada.

"Seguimos atentamente a luta que as classes trabalhadoras, sob a sua vanguarda, o Partido Comunista Português, vêm desenvolvendo em defesa da democracia e da liberdade em Portugal. Neste país vive-se um processo revolucionário com entusiasmo. Ainda ontem, quando visitámos as cooperativas agrícolas, ficámos impressionados com a coragem e o espírito de combate dos jovens trabalhadores.

"Estamos convencidos que a UEC e a UJC são organizações plenamente integradas na transformação socialista da sociedade portuguesa" — afirmou um dos membros da delegação.

sublinhado que "a juventude polaca, à semelhança do que aconteceu em todos os países que combateram com determinação o nazismo, foi sujeita, durante a agressão hitleriana, à exterminação, à perseguição e ao terrorismo da ditadura mais sangrenta da história, que só na Polónia ceifou 5 milhões de vidas".

"Após a II Guerra Mundial — prosseguiu — a juventude polaca voltou a assumir o papel de destaque no processo acelerado de desenvolvimento e recuperação da Polónia: nacionalizações, Reforma Agrária, Reforma Geral e Democrática no Ensino, defesa militante do poder revolucionário, formação de milícias populares".

Na sequência de todo um gigantesco esforço colectivo que o povo da Polónia desenvolveu durante estas últimas décadas os frutos apareceram. A sociedade socialista voltou a comprovar que é a sociedade do progresso, a sociedade dos trabalhadores.

"Neste momento a juventude do nosso país continua a caminhar ao lado da classe operária e do povo trabalhador. As três organizações juvenis: a da Educação Superior, Secundária e Pioneiros, prosseguem uma actividade unitária e aberta, em que se proporciona às massas juvenis uma ampla participação nos destinos da Polónia", referiu outro elemento da delegação visitante que, ainda neste contexto, salientou: "O trabalho destas três uniões da juventude, as quais estão inscritas na Federação, é norteado no sentido do desenvolvimento do poder socialista e do reforço activo da unidade em torno do Partido, do internacionalismo proletário, do progresso social e dos países da comunidade socialista, nomeadamente a URSS.

Este mesmo trabalho está planeado em cinco grupos: 1 — Educação política da juventude, onde sobressai o estudo do marxismo-leninismo e da aplicação na prática dos ideais da solidariedade internacionalista; 2 — Desenvolvimento da economia; 3 — Estudo das ciências; 4 — Participação política e sindical; 5 — Cultura e Desporto."

Os camaradas da FUSJP frisaram, ainda, que durante o seu último Congresso foram aprovadas por unanimidade várias moções de

solidariedade com as juventudes e as classes trabalhadoras de Portugal, República Popular de Angola, Moçambique, Guiné, Bissau, Cabo Verde, Vietnam, Espanha e de muitos outros países da América Latina, da Ásia e de África.

"A juventude polaca — salientou um dos camaradas — é solidária com todos os povos que lutam contra o imperialismo e contra o fascismo; estamos ao lado dos povos submetidos à ditadura terrorista dos monopólios e dos povos que lutam contra os bloqueios e as ameaças da reacção internacional. Expressamos também aqui a nossa solidariedade para com a gloriosa Revolução Cubana."

Os camaradas da Federação frisaram também que os jovens polacos se preparam entusiasticamente para a próxima Assembleia Europeia de Estudantes, iniciativa que dará oportunidade para a discussão franca e aberta de várias questões que interessam a opinião pública internacional, nomeadamente o Acordo de Helsínquia — sobre o qual se orientam vários meetings nas uniões e nas organizações juvenis da Polónia —, a cooperação e a amizade, fim da guerra nuclear, limitação de armamentos, criação da paz em todo o Mundo, etc.

"No futuro próximo, a FUSJP vai intensificar as acções de cooperação com a UJC e a UEC, através do intercâmbio de delegações (turistas, jornalistas, etc.) dos dois países. Durante a nossa estada em Portugal dialogámos com vários militantes das organizações juvenis do PCP. Chegámos a conclusões importantes, que nos irão aproximar em futuras realizações internacionais, designadamente em acções de solidariedade e em iniciativas bilaterais nos sectores da cultura e da ciência" — concluíram.



edições Avante!

# ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS

Manuel Tiago

Prémio "Soeiro Pereira Gomes" Feira do Livro no Porto/1975

Pedidos a: Central Distribuidora Livreira, R. Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1



Por altura do seu 2.º aniversário (31 de Maio) as Edições "Avante!" porão à venda, no próximo dia 29 em condições especiais, nos seus pavilhões das Feiras do Livro de Lisboa e Porto "Desenhos da Prisão", de Álvaro Cunhal.

ALVARO CUNHAL desenhos da prisão



"Desenhos da Prisão" foram executados de 1951 a 1959 nas cadeias da Penitenciária de Lisboa, onde Álvaro Cunhal passou sete anos de rigoroso isolamento, e do Forte de Peniche, de onde se evadiu em 3 de Janeiro de 1960.

25 desenhos, a carvão ou lápis, com o formato de 50x35 cm, apresentados em pasta de cartolina — 300.00—200S00

edições Avante!



# OS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES E O PROBLEMA DO CRÉDITO AGRÍCOLA

## A reacção tudo tem feito para impedir os pequenos e médios agricultores de beneficiarem das novas condições criadas para apoio e desenvolvimento da agricultura. É urgente pôr termo a esta situação

Ganhar os pequenos e médios agricultores para o processo revolucionário é condição necessária e indispensável para a consolidação e avanço da reforma agrária. Duramente explorados pelo regime fascista os PMA constituem uma classe que pelas suas próprias condições está muito mais próxima dos assalariados rurais do que dos grandes proprietários que da terra só conhecem o lucro conseguido à custa da exploração dos trabalhadores.

Todavia, muitos PMA continuam a ser enganados e manobrados pelas forças reacçãoárias que procuram fazer crer-lhes que nada ganharam com o 25 de Abril. Para tal, valendo-se dos lugares que continuam a ocupar no aparelho de estado e através duma vasta e bem orquestrada campanha de desinformação, as forças reacçãoárias tudo têm feito para impedir os PMA de beneficiarem das novas condições criadas para apoio e desenvolvimento da agricultura.

O recurso ao crédito agrícola é disso um bom exemplo.

Até ao 25 de Abril, como é do conhecimento geral, a banca estava exclusivamente ao serviço do grande capital. O crédito destinava-se apenas aos que possuíam riqueza suficiente para garantir a segurança dos empréstimos de molde a assegurar os maiores lucros. Ou seja, o crédito tinha uma função vincadamente especulativa de acumulação de capital e não uma função eminentemente nacional de apoio à produção, quer industrial quer agrícola.

Nacionalizada que foi a banca tomaram-se algumas medidas, nomeadamente durante o IV e V Governos Provisórios, tendentes a pôr o crédito à disposição das classes mais desfavorecidas. É assim que surge o Crédito Agrícola de Emergência (CAE), para satisfazer as necessidades dos PMA, facilitando a aquisição de fertilizantes e correctivos, sementes e pesticidas, rações e peçonhinas e que o pagamento indispensável às explorações agrícolas e cujo objectivo fundamental era o incremento da produção.

Este crédito foi posto à disposição dos PMA através das comissões liquidatárias dos ex-grémios da lavoura ou associações agrícolas de tipo cooperativo. Os PMA podiam adquirir nestas organizações os produtos de que necessitassem e pagarem apenas depois das colheitas efectuadas e vendidas. O CAE é feito pelo prazo máximo de 1 ano ao juro de 6,5% ao ano, sendo o empréstimo concedido sem qualquer hipoteca.

Posteriormente, foi alargado o âmbito do CAE possibilitando-se através dele a compra de vitelos e bezorros, o combustível, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas. Além disso o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Quando estas medidas sejam de grande utilidade e venham de encontro às necessidades imediatas dos PMA sucede que, embora num ou noutro conceito o CAE no seu arranque tivesse tido sucesso, tal não se verificou na maior parte do país. As forças reacçãoárias souberam criar um tal preconceito contra o recurso ao crédito, pelas classes mais desfavorecidas, que na maior parte das nossas aldeias as populações consideraram desprestigiantes, quase um crime que envergonha, dever dinheiro à banca. Por outro lado, os PMA estavam de tal forma desiludidos do crédito que quando ele foi posto ao seu dispor não só não recorreram a ele como o encararam com desconfiança. Desconfiança essa aumentada e fomentada pela propaganda reacçãoária (desde o PS ao ELP/MDLP) que dizia que tais medidas eram comunistas e portanto contra os seus interesses.

Contrariamente ao apregoado pela reacção é o PCP quem mais se tem batido pelos interesses dos PMA — não só defendeu, aquando da criação do CAE, que o mesmo deveria ser concedido sem qualquer juro, como continua a defender a necessidade de levar a cabo a reorganização do sistema bancário em moldes democráticos de forma a colocar a banca ao serviço do desenvolvimento económico geral e, no caso concreto, levar à criação de um organismo estatal de apoio financeiro aos PMA. O PCP considera ainda que o sistema de crédito deverá funcionar de forma muito desburocratizada e que, para a concessão do crédito uma

dependência sobre o tipo de fornecimento a que têm acesso). À medida que a dimensão das explorações vai aumentando, a percentagem das que utilizam o crédito também cresce, atingindo cerca de 50% na classe da área entre 100 a +200 ha. Os antigos latifúndios de área superior a 200 ha recorriam na quase totalidade ao crédito.

No intuito de pôr a banca ao serviço do desenvolvimento económico geral parecem ser de apontar as seguintes linhas gerais:

a) Parte fundamental dos créditos deverão ser concedidos através dos orçamentos dos organismos estatais de comercialização por ramos de actividade agrícola (cereais, carne, leite, florestal, etc).

b) A outra parte dos créditos deverá ser concedida directamente aos PMA, para aplicações prioritárias através de um estabelecimento bancário especial como atrás se apontou e que deverá resultar da reorganização da banca nacionalizada.

Qualquer destes dois tipos de crédito deve ser concedido de uma forma muito desburocratizada, pois nada há que mais oprima o PMA que ter de preacquirir muitos papéis, dar muitas garantias, andar de repartição em repartição.

Por outro lado, para a concessão do crédito como para tantas outras questões deve ser conferido um importante papel às associações de classe — LIGAS DE PMA que deverão ser dotadas de meios de efectivo apoio aos seus associados.

Os créditos referidos na alínea a) devem processar-se naturalmente através das cooperativas agrícolas de comercialização.

CONCRETAMENTE O QUE É QUE JÁ FOI FEITO?

O CRÉDITO AGRÍCOLA foi um dos pontos tratados no Decreto-Lei n.º 203-E/75 de 15 de Abril de 1975 — ANEXO 3: PROGRAMA DA REFORMA AGRÁRIA, onde se dizia nomeadamente: «criação de um sistema de crédito agrícola de urgência, pessoal e em natureza, para satisfazerem as necessidades dos pequenos e médios agricultores, facilitando a aquisição de fertilizantes e correctivos, semente e propáfilos pesticidas, rações complemento necessário à alimentação animal, e pequeno equipamento indispensável à boa produção».

Como consequência da política de crédito atrás apontada foi publicado em 23.5.75 o Decreto-Lei 251/75 do Ministério da Agricultura e Pescas, criado após o 11 de Março, que institucionalizava o CAE — CRÉDITO AGRÍCOLA DE EMERGÊNCIA.

Este crédito era posto à disposição dos PMA através das comissões liquidatárias do ex-grémio da lavoura ou associações agrícolas de tipo cooperativo. Os PMA podiam adquirir nestas organizações os produtos de que necessitassem e pagarem apenas depois das colheitas efectuadas e vendidas. No caso de as respectivas organizações da lavoura não disporem dos produtos requeridos os PMA poderiam comprá-los no comércio sendo o pagamento efectuado através do CAE pelos CL ou coop.

O CAE é feita pelo prazo máximo de 1 ano (normalmente a rotação de qualquer cultura é inferior a 8 meses) ao juro de 6,5% ao ano (se o pagamento for antes de 1 ano o juro será reduzido correspondente). O empréstimo é concedido sem qualquer hipoteca e sob o ponto de vista administrativo apenas havia a preencher uma ficha por beneficiário o que era normalmente feito por um bancário destacado para apoiar a CL.

É de notar que o PCP defendeu na altura no Governo que o CAE deveria ser concedido sem a exigência de qualquer juro. Ainda relativamente ao CAE é de referir que o DL251/75 permitia que o pagamento do empréstimo à CL ou coop, fosse feita com a produção agrícola correspondente.

Apesar disso o CAE continua a ser um importante instrumento para a democratização da vida nos campos.

É de notar que foram os bancários progressistas encarregados do CAE os primeiros alvos dos ataques da reacção fascista que na base do anticomunismo levaram os PMA a voltarem-se contra quem estava lá para os ajudar. Rio Maior, Bombarral, Lourinhã, Cadaval, Minde e Açóres são exemplos disso.

Após a saída do DL251/75 o CAE foi alargado progressivamente. Assim a circular n.º 18/75 do IFA permite a aquisição de vitelos e bezorros através do CAE (o agricultor pode adquirir até 6 animais recorrendo ao CAE).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Após a saída do DL251/75 o CAE foi alargado progressivamente. Assim a circular n.º 18/75 do IFA permite a aquisição de vitelos e bezorros através do CAE (o agricultor pode adquirir até 6 animais recorrendo ao CAE).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

Em 18 de Outubro de 1975, o DL586/75 vem possibilitar aos PMA beneficiários do CAE, cuja ocupação seja em exclusivo a agricultura, recorrerem ao CAE através das entidades intermediárias na concessão do mesmo (CLs e assos. tipo coop).

Posteriormente, ainda por despacho do MAP o CAE foi mais alargado com vista à aquisição de combustíveis, lubrificantes, pagamento de água de rega e de pequenas reparações em máquinas agrícolas, com exclusão das aquisições e pagamentos de reparações em máquinas destinadas a alugar. Além disto o CAE foi aberto aos pequenos e médios empresários agrícolas desde que efectuem trabalho executivo ou directivo e desde que não utilizem na sua exploração mais que um assalariado permanente.

# RELAÇÕES COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

Uma delegação da Confederação do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros, constituída pelas camaradas Pavlina Entcheva, secretária do Conselho Central, Ivan Borissov, secretário dos Sindicatos da Agricultura da República Socialista da Bulgária e Pavel Borgukov, colaborador do Departamento Internacional do C.C., visitou o nosso país de 17 a 24 do mês corrente, a convite da Intersindical.

Durante a sua estadia, a delegação visitante teve importantes conversações com o Secretariado da Intersindical e visitou a empresa metalúrgica MAGUE, onde foi recebida pela Comissão de Trabalhadores, e a Cooperativa Agrícola de Casabres. Durante a sua presença na cooperativa, a delegação do C.C. dos Sindicatos Búlgaros contactou com os trabalhadores e teve oportunidade de observar a aplicação de maquinaria, recentemente oferecida pela República Popular da Bulgária.

No prosseguimento da visita, os sindicalistas búlgaros estiveram em Coimbra, tendo aproveitado para visitar a União Sindical e a Fábrica de Bolachas "Triunfo".

O Secretariado da Intersindical e a delegação do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros manifestaram o seu acordo no prosseguimento dos contactos.

A convite da Intersindical Nacional, chega hoje a Lisboa o Coro de Cantos e Danças da Casa Cultural do Roh, de Sihlava (República Socialista da Checoslováquia).

Durante a sua estadia, que se integra no âmbito da solidariedade e das relações de cooperação existentes entre a Intersindical e as centrais sindicais de outros países, o grupo actuará para os trabalhadores portugueses em espectáculos marcados para amanhã, em Almada (21 horas); sábado, em Beja (às 15 e 21 horas); dia 30, em Évora (às 15 e 21 horas); dia 31, em Portalegre (às 21 horas); no próximo dia 2 de Junho, na Marinha Grande (às 21 horas) e no dia 3, em Torres Novas (às 21 horas).

Inaugurou-se na passada segunda-feira na Sociedade Nacional de Belas-Artes uma Exposição do Livro Soviético. A iniciativa, que se deve à Central Distribuidora Livreira em colaboração com o Mejdunarodnaya Kniga (Livro Internacional), permite dar ao visitante uma ideia, embora geral, do vasto incremento da actividade editorial na União Soviética.

A exposição estará patente até ao próximo dia 30, das 16 às 23 horas, e apresenta várias secções, que vão desde o "livro científico" até à literatura infantil.

# VIOLÊNCIA REACCIÓNÁRIA EM TRANCOSO

A violência contra militantes e simpatizantes do PCP prossegue e faz vítimas. Em Trancoso, um grupo de reacçãoários do PPD e do CDS insultou e agrediu um trabalhador comunista, que ficou ferido.

A Comissão Distrital da Guarda do PCP, denunciando mais este acto de violência, indica os nomes dos agressores e dos provocadores: Jorge Feio, Joaquim "Aferido", Carlos Magalhães, Alexandre Melo, Carlos Santinho, João "Barbeiro", João e Carlos Fidalgo.

"Tudo indica - acrescenta o comunicado da Comissão Distrital — que esta manobra (provação seguida de agressão) tinha sido previamente preparada, pois enquanto uns agrediam outros agarravam militantes do PCP, impedindo-os de defenderem o camarada Manuel", o trabalhador ferido.

A Comissão do Partido na Guarda "apela a todos os

antifascistas para que, unidos, formem uma barreira capaz de fazer frente à onda de terror e de violência que alguns procuram implantar em Trancoso".

# DIA DE LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA

25 de Maio — dia de Libertação da África. Assinalaram-no os povos africanos em luta contra as diversas formas de neocolonialismo, de racismo, de discriminação. Assinalaram-no os povos africanos que lançam os alicerces de uma nova sociedade. Assinalaram-no todas as forças progressistas do Mundo, em particular o campo socialista, a União Soviética.

Comentando a importância do XXV Congresso do PCUS — em que novas perspectivas foram abertas à solidariedade com a luta dos povos africanos — o camarada Alfred Nzo, secretário-geral do Congresso Nacional Africano da África do Sul, que dirige em condições particularmente difíceis a luta num dos últimos e mais cruéis redutos do racismo, afirmou:

"O imperialismo ainda não está vencido. Procura mesmo passar à contra-ofensiva. Os acontecimentos de Angola são mais uma confirmação disto. O povo de Angola alcançou a vitória graças à solidariedade e

# SESSÃO DO PCP EM VILA VERDE

Vila Verde, aldeia com heróicas tradições de resistência antifascista, assistiu no passado dia 15 a uma sessão de esclarecimento do PCP, onde estiveram

presentes os camaradas José Trocado, da Comissão Distrital de Coimbra, e José Fernandes, da Comissão Concelhia da Figueira da Foz.

# COMISSÕES DE MORADORES DESMENTEM

Continuam a suceder-se, por parte de comissões de trabalhadores, moradores e outros organismos populares de base, os desmentidos acerca de pretensos apelos à candidatura à presidência da República do major Otelo Saraiva de Carvalho.

O último que nos chega vem do Secretariado das Comissões de Moradores do Concelho da Marinha Grande, e nele se afirma, nomeadamente, que as referidas comissões "não tomaram qualquer posição de apoio a esta ou qualquer outra candidatura".

Depois de terem sido abordadas, em linhas gerais, as posições do Partido Comunista Português face ao actual momento político, seguiu-se um vivo debate entre a mesa e vários elementos da assistência (mais de uma centena de pessoas), composta na sua esmagadora maioria por trabalhadores do campo.

Foram igualmente discutidas questões relacionadas com o aumento do custo de vida, a política de unidade e de vigilância do PCP, a situação nas empresas nacionalizadas, as relações com os países libertados do jugo colonial português e o comércio externo.

# INICIATIVA POPULAR EM SALVADA

Várias comissões de moradores de Salvada, concelho de Beja, e a Unidade Colectiva "Terra de Pão", promoveram no passado dia 15 uma jornada de trabalho voluntário, que consistiu na limpeza e arranjo do cemitério local.

A iniciativa popular veio uma vez mais demonstrar que na fase actual do processo democrático, a resolução na prática dos problemas que afectam as comunidades, começa na participação colectiva e militante dos trabalhadores.

# VIAGEM À URSS

O Centro de Trabalho do PCP "Alberto de Araújo", em Almada, informa que a viagem à União Soviética, prémio do sorteio que se realizará em Junho, já não se efectua em Agosto, mas sim na primeira quinzena de Novembro, o que irá possibilitar aos premiados a estadia na URSS durante as comemorações do 7 de Novembro, aniversário da Grande Revolução Socialista.

# DIA DE LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA

25 de Maio — dia de Libertação da África. Assinalaram-no os povos africanos em luta contra as diversas formas de neocolonialismo, de racismo, de discriminação. Assinalaram-no os povos africanos que lançam os alicerces de uma nova sociedade. Assinalaram-no todas as forças progressistas do Mundo, em particular o campo socialista, a União Soviética.

Comentando a importância do XXV Congresso do PCUS — em que novas perspectivas foram abertas à solidariedade com a luta dos povos africanos — o camarada Alfred Nzo, secretário-geral do Congresso Nacional Africano da África do Sul, que dirige em condições particularmente difíceis a luta num dos últimos e mais cruéis redutos do racismo, afirmou:

"O imperialismo ainda não está vencido. Procura mesmo passar à contra-ofensiva. Os acontecimentos de Angola são mais uma confirmação disto. O povo de Angola alcançou a vitória graças à solidariedade e

ao apoio de todos os países da comunidade socialista, dos países progressistas da África. Convém sublinhar que a união entre os movimentos de libertação nacional das colónias portuguesas e a classe operária portuguesa, encabeçada pelo Partido Comunista Português, contribuiu para a liquidação do último império colonial do nosso planeta.

"Ao mesmo tempo, fortaleceu-se o movimento internacional contra o racismo. Neste caso, é grande o mérito dos partidos comunistas e operários de todo o Mundo. Torna-se cada vez maior o isolamento político do regime racista de Pretória. Isso é um dos resultados da unidade de acção dos movimentos de libertação nacional e do movimento comunista e operário internacional.

"O XXV Congresso do PCUS, realizado em Moscovo, tornou-se uma demonstração brilhante da solidariedade dos partidos comunistas e operários na luta pelos ideais

da liberdade e independência dos povos".

A África tem dado passos gigantescos para a sua libertação. Passos em que o apoio, a solidariedade internacional, constituem factor não negligenciável. O Dia da Libertação de África, é também um dia de solidariedade internacional. De pensar as suas perspectivas e o seu reforço.

Para o Povo português, que um passado de luta antifascista e anticolonialista ligou com laços indissolúveis a povos africanos que hoje alargam as perspectivas de liberdade no seu continente — impõem-se novos avanços no campo dessa solidariedade.

Uma solidariedade que passa pela recusa da calúnia que grassa na nossa terra contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Que passa pelo esclarecimento. Que passa por esforços continuados para criação de laços exemplares de amizade entre povos que escreveram lado a lado as páginas de um processo de libertação conjunta.

# BREVES NOTÍCIAS DE ÁFRICA

A convite do Governo soviético encontra-se em Moscovo, em visita oficial, o camarada Lopo do Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola. Discursando num jantar no Kremlin, em honra de Lopo do Nascimento, o camarada Kossygin, primeiro-ministro soviético, declarou: "Não necessitamos esconder as nossas opiniões e simpatias nestes assuntos, porque respeitamos o direito sagrado de todos os povos, de todos os países, de escolherem a sua própria via de desenvolvimento". O desanuviamento perderia o sentido, disse Kossygin, "se as forças amantes da paz não rechaçassem firmemente as maquinacões de agressor, as tentativas de forças imperialistas e outras a elas ligadas para impedir os povos de lutarem pela emancipação nacional e progresso social".

Foi inaugurada em Maio, no Maputo, capital de Moçambique, uma exposição gráfica internacional que assinala o 31.º aniversário da libertação do povo alemão do nazismo. A exposição consta de uma mostra de gravuras originais de vinte e cinco artistas de 19 países, que assim expressaram as suas impressões e ideias de solidariedade não só como o povo alemão com com todos os povos do mundo livre do sistema de opressão.

A EMPA (Empresa Pública de Angola), empenhada na dura batalha de reconstrução nacional, vai estendendo as suas actividades por todo o país. Assim, já foram abertas quatro delegações fora da província de Luanda, uma no Uíge, uma em Benguela, outra no Lobito e uma última no Huambo.

O governo angolano aprovou um decreto nacionalizando a imprensa escrita e falada de Angola. Foram aprovados outros decretos, nomeadamente sobre a criação da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL).

No âmbito do programa de cooperação entre a União Soviética e Moçambique, chegou na primeira semana de Maio, ao porto de Maputo, um navio soviético transportando 16 toneladas de diversos artigos para o povo moçambicano.

Segundo uma lei do Conselho da Revolução de Angola, promulgada no 1.º de Maio, foram confiscadas, além do grupo CUCA, as empresas NOCAL e EKA.

A República Popular de Angola nacionalizou todas as grandes companhias portuguesas nos sectores do açúcar, indústria têxtil, cimento e aço. Foi também anunciado que seriam confiscadas todas as propriedades particulares abandonadas em todos os sectores da economia.

Foi recentemente assinado um acordo cultural entre a Guiné-Bissau e a União Soviética para o biénio de 1976-77. O acordo compreende a concessão, à Guiné-Bissau, de quinze bolsas de estudo em 1976 e 17 para 1977, para frequência de centros de ensino secundário, técnico e superior, naquele país. Abrange ainda outros domínios, como o envio de seis professores soviéticos para trabalharem nos centros de ensino da Guiné; intercâmbio de delegações; troca de programas de rádio e da juventude; permuta de experiências no campo desportivo, etc.

economia EC 2

edições Avante! POR UMA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

ACESSÍVEL A TODOS OS LEITORES (A linguagem e o preço) ABC do Marxismo-Leninismo

# O ALENTEJO NÃO ESQUECE CATARINA

O sacrifício de Catarina Eufémia não pode ser esquecido no Portugal livre que vivemos, tal como nunca foi esquecido pelo Partido Comunista Português durante a repressão fascista.

Uma paisagem nova reveste o Alentejo. Searas sem fim cobrem os campos. A transformação que se verificou na região meridional do país é evidente e só os reacçãoários não querem ver a realidade que surge, aos olhos de todos, numa mudança em que os trabalhadores participam.

Mas não foi fácil atingirem as conquistas que, hoje, os trabalhadores rurais alentejanos vivem. Grandes sacrifícios foram empenhados. Duras lutas se desencadearam, muitas vezes apenas por um pedaço de pão.

Durante anos e anos os trabalhadores alentejanos lutaram por condições de vida dignas. Enfrentaram a repressão e o ódio dos grandes latifundiários. E nem a força das armas do regime fascista os abalou no caminho que trilhavam.

Muitos caíram durante a luta. Outros pagaram com a prisão o pretenderem uma vida diferente para si e para os seus filhos. Mas nunca ninguém desistiu. Os trabalhadores alentejanos resistiram sempre à repressão e à exploração.

Catarina Eufémia foi uma das vítimas do terror fascista. Quando se batia por um salário melhor para si e para as suas companheiras foi assassinada friamente. Uma rajada e o seu corpo caiu. Foi em 19 de Maio de 1954. Era fácil, naquele tempo, matar um trabalhador.

## RECORDAR CATARINA

Recordar Catarina Eufémia é recordar toda a luta dos trabalhadores

alentejanos. Prestar homenagem à memória de Catarina Eufémia é prestar homenagem às mulheres e aos homens que no Alentejo não pouparam sacrifícios no seu combate à exploração dos grandes agrários.

Nesta tarefa sempre o Partido Comunista Português esteve à frente a conduzir as lutas, a defender os interesses dos trabalhadores, a apoiar as suas reivindicações.

Anos difíceis, com a polícia à espreita, sempre à espera de poder prender os que mais se destacassem na luta para assim desmembrar os trabalhadores. Anos de combate em que por vezes era necessário substituir um camarada que caíra nas garras da PIDE. Mas a luta continuou sempre.

Catarina Eufémia pertencia ao Comité Local de Baleizão do PCP. O "Avante!" dessa época denuncia detalhadamente, apesar das dificuldades da clandestinidade, o crime cometido. O "Avante!" leva a todos os trabalhadores a denúncia de mais um crime do fascismo.

Catarina Eufémia não foi esquecida, o Partido Comunista Português recordou sempre o seu exemplo abnegado de lutadora. E quando o regime fascista foi derrubado, o PCP promove e publicamente a primeira homenagem a um dos seus militantes mortos pelo fascismo. Baleizão, terra de Catarina, é o local de encontro de milhares de trabalhadores da cidade e do campo que ali acorrem para homenagearem a memória da trabalhadora

alentejana que deu a vida pelo que lutava.

Este ano, pela terceira vez em liberdade, Catarina Eufémia foi recordada. Novamente Baleizão se encheu de gente vinda de vários pontos do país. Mais uma vez os trabalhadores ali presentes constataram que o sacrifício de Catarina não foi em vão.

## NÃO ESQUECER A REPRESSÃO

Nas estradas do Alentejo, tractores com atrelados cheios de trabalhadores rurais, camionetas de excursão e automóveis dirigiram-se no domingo de manhã para Baleizão, a poucos quilómetros de Beja.

Na berma da estrada, junto à povoação os veículos estacionados revelavam a afluência de pessoas à homenagem promovida pelo Partido Comunista à memória da sua militante.

No largo central de Baleizão, onde estava o busto de Catarina Eufémia que seria inaugurado mais tarde, concentraram-se milhares de pessoas, trabalhadores do campo e da cidade, numa união que cada vez mais se fortalece.

Presenças delegações de vários locais do país. Alguns dísticos indicavam as suas origens, nomeadamente Bombarral, Portimão, Albufeira. Trabalhadores da Salvada empunhavam um grande cartaz onde se podia ler: "Quando os trabalhadores dão a mão não avança a reacção".

Era intenso o movimento nas ruas de Baleizão. E se a homenagem a Catarina era motivo de conversa,

recordando-se o crime cometido, também a Reforma Agrária dava origem aos comentários, principalmente em relação a todos os que tinham vindo da cidade.

Depois do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, ter inaugurado o busto de homenagem a Catarina Eufémia, localizado na praça central de Baleizão, para que não se esqueça a repressão que o povo alentejano sofreu e da qual Catarina foi vítima, realizou-se naquele local um comício.

Dirigindo-se aos milhares de pessoas presentes o camarada Velhinho Alfaite, da Comissão Distrital de Beja do PCP, começou por fazer o elogio da figura de Catarina Eufémia, salientando que os trabalhadores alentejanos são dignos continuadores da causa pela qual ela deu a vida.

Referindo a luta actual pela concretização da Reforma Agrária e depois de recordar as condições de miséria em que vivia grande parte dos trabalhadores daquela província, o camarada da Comissão Distrital focou algumas das tentativas que as forças reacçãoárias lançam para contrariarem o avanço da Reforma Agrária, muitas das vezes a nível governamental, boicotando e sabotando as iniciativas dos camponeses que trabalham nas unidades colectivas de produção.

Seguidamente, na ausência do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central, a camarada Custódia Maria Trancão, da Comissão de Freguesia de Baleizão do



PCP leu uma mensagem, enviada por aquele camarada, onde se salienta:

"Catarina foi assassinada no momento em que milhares de trabalhadores de Baleizão e de todo o Alentejo reclamavam trabalho e melhores jornadas. O crime cometido na pessoa da jovem comunista foi um crime que atingiu todos os oprimidos do nosso País. O monumento que hoje aqui se inaugura, da iniciativa de todo o povo de Baleizão e do nosso Partido, mostrará às gerações futuras como fomos oprimidos e explorados durante o regime fascista, como os grandes agrários e latifundiários se opunham aos justos anseios do povo, e como nós, povo alentejano, nos levantámos contra a tirania".

E mais adiante acrescentava a mensagem do camarada Francisco Miguel: "E porque o fascismo não oprimia só os alentejanos, mas os trabalhadores e homens progressistas de todo o país, todos os que lutaram e morreram pela liberdade aí têm também a sua homenagem. E se os trabalhadores estiveram unidos na luta contra o fascismo — seu inimigo comum — devem hoje estar unidos na defesa da liberdade e na construção do Portugal novo em que queremos viver".

Antecedendo a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, que publicamos noutra local, falou a camarada Francisca Ramos, da Organização das Mulheres Comunistas de Beja, salientando a importância do papel da mulher na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Findo o comício, durante o qual se verificaram algumas ofertas ao Centro de Trabalho de Baleizão do PCP, nomeadamente do Centro de Trabalho de Moscavide e dos comunistas de Portimão presentes, realizou-se uma romagem ao cemitério da povoação onde, junto à campa de Catarina, foi respeitado um minuto de silêncio, homenagem ao seu sacrifício.

A tarde de convívio que se seguiu possibilitou a muitos dos trabalhadores que vieram da cidade compreenderem melhor o que tem sido a luta dos trabalhadores agrícolas na defesa da Reforma Agrária.

## DESMASCARAR OS PROVOCADORES

Entretanto, a propósito de algumas tentativas de provocadores para perturbarem a homenagem, a Comissão Distrital de Beja do PCP tornou público um comunicado no qual, depois de salientar que "durante a longa noite fascista, os

comunistas alentejanos souberam sempre, tal como Catarina, interpretar os anseios do seu povo e lutar com afinco e sacrifício pela Reforma Agrária, pela liberdade e pela democracia", e que a história do povo alentejano em luta é a história do Partido Comunista, não sendo por isso surpresa que o Alentejo seja hoje, tal como no passado, um baluarte em defesa dos interesses de todos os trabalhadores portugueses, que a reacção ataca sob todas as formas, se acrescenta:

"Assim, alguns provocadores tentaram perturbar esta homenagem com provocações levadas a cabo por um grupelão de oportunistas pseudo-revolucionários, entre os quais alguns filhos de conhecidos reacçãoários locais, tendo uma vez mais como objectivo dividir os trabalhadores, desviá-los das suas tarefas históricas, atacar o seu Partido, o Partido Comunista Português.

"Devem, pois, ser desmascarados, para que todo o povo alentejano os conheça tal como são, afastados dos trabalhadores, da luta, da revolução.

"Nunca apareceram estes senhores à frente do povo alentejano na luta contra o fascismo. Ninguém os conhece como o revolucionários, apesar de hoje eles próprios se apresentarem como tal.

"Nunca apareceram nas jornadas que, durante o fascismo, assinalavam todos os anos o assassinato de Catarina, quando as forças repressivas andavam de carabina em riste, a tentar impedi-las pela força.

"Inimigos ferozes do nosso Partido, e da própria revolução, para se fazerem passar por "amigos" do povo evocam o nome de Catarina Eufémia, que sabem estar presente no coração de todos os trabalhadores alentejanos, para mais facilmente espalharem o veneno da calúnia, da sabotagem e da divisão.

"Catarina Eufémia,

membro do Comité Local de Baleizão do PCP, morreu como viveu, em luta pela revolução, sob a bandeira do nosso Partido, constituindo um exemplo de espírito revolucionário de que só os comunistas são capazes.

"O povo alentejano não permitiu nem permitirá que a memória dos seus heróis seja manchada pelos seus inimigos, mesmo que eles se pretendam mascarar de revolucionários, e sabe defender dos ataques contra-revolucionários o seu Partido, a Reforma Agrária e a revolução.

"Esses provocadores nada têm a ver com o Partido de Catarina Eufémia nem com a causa pela qual a nossa camarada deu a vida.

"A Comissão Distrital de Beja do PCP apela para todos os trabalhadores no sentido da maior firmeza perante as manobras provocatórias que outra coisa não pretendem senão servir os reacçãoários, como se verificou nesta homenagem à memória de Catarina, este ano em Baleizão".



## ENCONTRO DE RENDEIROS EM CELORICO DE BASTO

Promovido pelo MARN (Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte), realizou-se, no passado dia 23, na Escola Preparatória de Celorico de Basto, um encontro de rendeiros, onde estiveram presentes mais de meio milhar de trabalhadores rurais dos concelhos desta zona.

Na reunião, que teve como principal objectivo um esclarecimento sobre Reforma Agrária, arrendamento rural, assistência médica e previdência, os trabalhadores presentes manifestaram a sua intenção de prosseguir a luta pela completa e imediata aplicação da lei do arrendamento rural, conquista da Revolução que tem vindo a ser torpedeada e boicotada pelos grandes agrários e mesmo a nível oficial, sem se ter tomado até à data uma atitude coerente por parte dos organismos competentes.

Os participantes aprovaram uma moção enviada ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Agricultura e Pescas, onde se exige, nomeadamente o fim das prorrogações do prazo para a redução a escrito dos contratos; a punição dos senhorios e dos grandes proprietários absentistas que não cumprem com o que está determinado na lei; a imediata publicação do regulamento das comissões arbitrais e do decreto sobre as indemnizações aos senhorios pobres; a ampla divulgação da lei e das tabelas de renda fixadas, através dos órgãos de comunicação social; uma atitude concreta em relação à

preparação cívica e ideológica dos membros do GNR, e de alguns técnicos do SADA e do IRA, que têm vindo a actuar frontalmente contra a ordem democrática e contra o que estipula o decreto-lei 201/75; e o afastamento destes elementos que estejam ao serviço ou comprometidos com a CAP, organização contra-revolucionária que já é responsável por uma lista infinita de atentados contra a lei e contra o processo democrático, através não só dos actos terroristas que organiza e fomenta, mas também pela onda sistemática de calúnias e de especulações que vêm lançando sobre um povo oprimido por meio século de ditadura terrorista, que ainda não se pôde libertar totalmente da influência antidemocrática e anticomunista orquestrada pelos detentores do capital ao longo da noite fascista. Mas, os trabalhadores rurais do Norte e Centro começam-se a organizar...

## UMA JORNADA DE LUTA

Mesmo nesta região, onde impera o poder reacçãoário dos caciques, o espírito e os objectivos da lei do arrendamento rural começam a ser compreendidos e começam a mobilizar amplas camadas de rendeiros, que estão dispostos a vencer as dificuldades que surgem para entrar a sua aplicação integral.

A sala do ciclo preparatório de Celorico de Basto mal pôde albergar as centenas de rendeiros que participaram no Encontro. Na mesa que dirigiu os trabalhos

encontravam-se três elementos do Secretariado do MARN: António de Sousa Ribeiro, António de Sousa e Amílcar Anes; um membro da Coordenadora local, Firmino Moura, dois rendeiros de Celorico de Basto e de Vila Real e ainda um membro da Comissão de Apoio ao MARN.

Durante a sua intervenção, António de Sousa Ribeiro analisou a importância da lei do arrendamento rural, denunciou o caciquismo e o absentismo, defendeu a necessidade urgente que se coloca aos trabalhadores do campo no sentido do reforço mobilizador e da unidade contra a reacção, alertou para o facto de poder tornar a ser dilatado o prazo para a redução a escrito do contrato de arrendamento, e explicou em detalhe a tática que os rendeiros devem seguir para que sejam assinados os contratos pelos proprietários.

Uma das questões mais debatidas pelos participantes na reunião foi a actuação arbitrária e criminoso de muitos senhorios que tentam dissuadir a pressão dos rendeiros para que estes abandonem as terras que cultivam com o seu esforço, com o seu trabalho, com o seu suor.

Foram referidos a propósito vários casos de violência, que incluem a destruição das sementeiras, a confrontação física, etc.

A finalizar a reunião, e após ter sido aprovada a moção já assinalada, foi eleita a Comissão Coordenadora do MARN na região do Basto que é constituída por 18 rendeiros.



# ÁLVARO CUNHAL EM BALEIZÃO

## “Fazendo o balanço destes dois anos passados, é com profunda alegria que podemos verificar que os trabalhadores alentejanos, lutando no caminho iluminado pelo ideal pelo qual Catarina deu a vida, alcançaram vitórias tão extraordinárias que ficarão para sempre gravadas na história”

Camaradas,  
É para mim uma grande honra nesta data memorável trazer aqui uma vez mais ao heróico povo de Baleizão, terra de Catarina Eufémia, as calorosas e fraternas saudações de combate do Comité Central do Partido Comunista Português.

Mas não só ao povo de Baleizão. Catarina Eufémia, trabalhadora rural, militante comunista, heroína e mártir, tornou-se justamente uma bandeira e um símbolo não apenas do povo de Baleizão, mas de todo o povo trabalhador do Alentejo. Uma bandeira e um símbolo da luta dos trabalhadores contra os latifundiários, da luta dos explorados contra os exploradores, da luta pela terra a quem a trabalha, da luta pela Reforma Agrária — luta prolongada, dura, difícil, exigindo grande energia revolucionária, sacrifícios, vidas, mas conduzindo finalmente, como a própria experiência está mostrando, à desejada, ansiada, vitória.

Por isso, daqui de Baleizão, neste dia memorável, transmito também a todos os trabalhadores do Alentejo, e em especial aos trabalhadores rurais, e aos pequenos e médios agricultores, a todo o povo do Alentejo, as saudações calorosas do Comité Central do Partido, acompanhadas pelas ardentes felicitações por motivo dos grandes êxitos alcançados desde Maio do ano passado, na conquista do avanço e da realização da Reforma Agrária.

### O ano da liquidação dos latifúndios

A comemoração do aniversário da morte de Catarina Eufémia tornou-se um marco da vida e da luta dos trabalhadores alentejanos e uma grande demonstração de confiança no Partido em cujas fileiras Catarina lutou e morreu.

Desde o derrubamento da ditadura fascista em 25 de Abril de 1974, é esta a terceira vez que aqui comemoramos esta data trágica e gloriosa.

Fazendo o balanço destes dois anos passados, é com profunda alegria que podemos verificar que, no curto espaço de dois anos, os trabalhadores alentejanos, lutando no caminho iluminado pelo ideal, pelo qual Catarina deu a vida, alcançaram vitórias tão extraordinárias que ficarão para sempre marcadas na história.

(Um dos participantes no comício teve neste momento um ataque nervoso e o camarada Álvaro Cunhal suspendeu o discurso.)

Eu espero um momento, camaradas. Muitas vezes nós habituámo-nos a ouvir no tempo do fascismo gritos de dor e lágrimas de dor, mas hoje sucede que ouvimos gritos e lágrimas que correspondem à grande alegria de termos alcançado a Reforma Agrária, à grande alegria de caminharmos para a vitória.

Todos nós, todos os militantes revolucionários, todos os trabalhadores, se fizermos o balanço das vitórias alcançadas desde o 25 de Abril de 1974 sabemos o que já andámos no caminho da liquidação da exploração do homem pelo homem. Nós esquecemos, de momento, as dificuldades, os perigos reais para o processo revolucionário, aqueles perigos que nos espantam e espreitam, e sentimos todos tão grande emoção pelas vitórias alcançadas, que vejo que alguns têm lágrimas nos olhos e estou certo de que aqueles que não as mostram também as têm dentro de si próprios, na sua emoção.

Continuo o meu discurso, camaradas.

A primeira vez que, depois do derrubamento da ditadura fascista, aqui estivemos comemorando o aniversário da morte de Catarina, passavam poucos dias do glorioso dia em que os capitães do MFA haviam posto fim à ditadura que tiranizava o nosso povo havia quase meio século.

Então era tarefa essencial consolidar a precária situação democrática. Era ainda incerto o ritmo que viria a seguir a revolução. A Reforma Agrária, a entrega dos latifúndios aos trabalhadores, era uma aspiração profundamente sentida, mas não entrara ainda no orden do dia.

Um ano depois, em Maio de 1975, ao voltarmos aqui a comemorar o aniversário da morte de Catarina, a revolução tinha dado decididos passos em frente, as massas trabalhadoras haviam-se lançado corajosamente ao combate, haviam ocupado as primeiras terras e constituído as primeiras cooperativas e herdades colectivas. As primeiras, apenas então.

Mas a Reforma Agrária encontrava ainda fortíssimas resistências e a lei da Reforma Agrária não fora ainda aprovada.

Entretanto, ao irmos aqui nessa altura saudar-vos, e falar-vos em nome do Partido Comunista Português, pudemos afirmar com confiança que o ano de 1975 seria o ano da liquidação dos latifúndios. E assim foi, camaradas.

(Neste momento, por um acidente técnico, os microfones deixaram de funcionar durante uns minutos.)

Naturalmente tratou-se de um acidente, mas certamente já muitos começavam a pensar que podia não ser um acidente. Na verdade, apesar da força dos trabalhadores, e da justiça dos seus objectivos, há ainda pessoas

que querem impedir o PCP de falar. Mas se no tempo do fascismo, quando o Partido era clandestino, quando os comunistas eram enviados para a tortura, para as prisões, quando eram assassinados, como foi Catarina, se nesses tempos os fascistas, com todo o seu aparelho repressivo, com tribunais, com tribunais, com Tarrafal, não conseguiram abafar a voz do Partido Comunista, muito menos poderão hoje abafá-la.

O ano de 1975 ficou marcado a letras de ouro na história do povo português, na história de Portugal, como o ano do começo da Reforma Agrária, o ano dessa gloriosa luta dos trabalhadores, homens, mulheres e jovens, unidos na determinação de vencer, que, defrontando dificuldades, resistências, perigos, ameaças, avançaram para as terras, arrancaram as terras às mãos dos seus exploradores, e num esforço heróico e sobre-humano, e desbravaram, aqui cultivaram, fazendo pela primeira vez na história de Portugal nascer uma nova agricultura libertada da exploração do homem pelo homem.

Hoje, passado um ano desde a última vez que aqui estivemos comemorando a morte de Catarina — um ano em que o processo revolucionário, numa marcha irregular, passando momentos de extremo perigo, se desenvolveu tempestuosamente — passado um ano, apesar das ofensivas da reacção, dos ataques armados dos agrários e seus mercenários, dos atentados terroristas, das provocações, ameaças e grandes manobras de intimidação, apesar dos saneamentos à esquerda no Ministério da Agricultura e das tentativas de estrangulamento económico das novas unidades colectivas de produção, apesar de tudo isso, fazendo nós o balanço, vemos que em mais de um milhão de hectares de terra, como já aqui foi referido, não há exploradores nem explorados, que a maior parte dos latifúndios foram expropriados, que se criaram centenas de cooperativas e herdades colectivas, e que toda uma nova agricultura está a ser construída, assente no trabalho esforçado, no entusiasmo e na alegria dos trabalhadores que sabem estar agora a produzir não para exploradores e parasitas, mas para si próprios, para os seus filhos, para o seu país.

Ao fim de um ano de aguda luta, de avanços e recuos das forças da reacção e das forças do progresso social, a Reforma Agrária mantém-se, prossegue, e temos razão para confiar em que prosseguirá com êxito até à sua total realização.

Com a Reforma Agrária é toda uma nova vida que está a ser construída nos campos alentejanos e ribatejanos. É por um lado o progresso agrícola assente na dedicação e no esforço criador dos trabalhadores que, apesar da falta de créditos, apesar das dificuldades, dos obstáculos mais variados, semearam este ano mais e melhor do que nunca, de tal forma que crescem no Alentejo as mais belas searas de há muitos anos para cá.

Podemos mesmo dizer: as mais belas searas de sempre, porque estas searas não pertencem aos agrários, não pertencem aqueles que sem fazer nada viveram e vivem à custa do trabalho dos outros, mas pertencem aos próprios e trabalhadores e organizados em cooperativas e unidades colectivas de produção.

A nova vida nos campos alentejanos não se traduz apenas na maior área semeada, na maior quantidade de semente lançada à terra, no aumento do número de cabeças de gado que se verifica em quase toda a parte, nas maiores colheitas.

A nova vida traduz-se na direcção das unidades colectivas e cooperativas pelos próprios trabalhadores, numa nova atitude em relação ao trabalho, nos cuidados pelas crianças que se revelaram no aparecimento das primeiras creches e nesse magnífico florescer de grupos de pioneiros, na atenção pelos velhos, no trabalho cultural a partir do talento do povo trabalhador, em todo um tratar de energias criadoras vindas do povo e apontando com confiança para o futuro, o futuro de uma sociedade de liberdade, igualdade e justiça social, uma sociedade democrática e socialista.

O caminho percorrido na conquista e realização da Reforma Agrária está marcado por grandes, corajosas e heróicas lutas dos trabalhadores.

### As últimas eleições e a Reforma Agrária

De facto, as últimas eleições para a Assembleia da República constituíram uma grande vitória dos trabalhadores em defesa da Reforma Agrária.

Está bem viva na memória de todos, a grande e violenta campanha que antes das eleições foi desencadeada contra a Reforma Agrária pelos agrários, pela CAP, pelo CDS, pelo PPD e ainda por outros. O CDS e o PPD haviam

afirmado, como um dos seus principais objectivos, se ganhassem as eleições, a liquidação da Reforma Agrária. Eles o diziam.

Mas os partidos reacçãoários foram derrotados nas eleições e o PCP foi, dos partidos representados no Governo, o único que aumentou o número de votos.

Não foi por acaso que o PS perdeu mais de 30000 votos nos três distritos alentejanos, além de quase 30000 votos que perdeu no distrito de Setúbal. A nosso ver o PS pagou com estas perdas a sua política de alianças com a direita, a sua cooperação numa política antioperária, as posições e hesitações de alguns dos seus dirigentes. Não me refiro a muitos dos seus militantes com os quais temos boa cooperação, mas a alguns dos seus dirigentes que se pronunciaram contra a Reforma Agrária, que chamaram à Reforma Agrária uma roubarheira dos trabalhadores e um deles disse mesmo na campanha eleitoral que a Reforma Agrária era “uma dominação superlatifundiária e terrorista (imposta pelos comunistas) em várias regiões do Alentejo”. Eles pagaram com a perda de votos esta sua política e nós desejamos bem que os socialistas tomem em conta esta grande lição e vejam que o futuro do PS como partido democrático e partido que tem o nome de socialista não é em aliança com a direita reacçãoária, com o PPD e o CDS, mas em aliança com os trabalhadores e com o Partido Comunista Português.

Se está presente algum socialista, é e muito possível que sim, e não estando aqui militantes socialistas, pode ser que estejam simpatizantes do PS, pois ouçam

colectivas; o Partido que justamente se intitula o Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, ou seja, o nosso glorioso Partido Comunista Português.

Se acaso tivesse havido uma diminuição do número de votos do PCP no Alentejo, podemos estar absolutamente certos de que a reacção gritaria desde logo que o povo, votando menos no PCP, estava contra a Reforma Agrária. E procuraria na base dessa diminuição da votação no PC, desenvolver toda a sua ofensiva contra a R. A.

Se tivesse havido uma diminuição do número de votos no PCP, podemos estar absolutamente certos de que os agrários, a CAP, o CDS, o PPD, e não só, todos conspirariam para necessário liquidar rapidamente a Reforma Agrária.

Certamente que não o conseguiriam, porque encontraríamos diante de si a resistência activa e a luta dos trabalhadores, mas certamente o tentariam, e tentariam a partir de um governo de direita que não deixariam de formar para anular, para liquidar as conquistas da nossa Revolução.

Entretanto, os trabalhadores alentejanos deram a devida resposta a tais planos. Os trabalhadores alentejanos votaram em massa nos candidatos do PCP e votaram no PCP foi votar pela Reforma Agrária.

O número de votos nos candidatos comunistas aumentou muitos milhares e em consequência aumentou o número de deputados do PCP pelo Alentejo.

Aqui em Baleizão, em cada 3 eleitores, 2 votaram no PCP e o

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

### A Reforma Agrária e a evolução da situação política

O êxito final da Reforma Agrária depende também naturalmente da própria evolução da situação política.

A aprovação e a entrada em vigor da Constituição, a realização das eleições para a Assembleia da República, a derrota do CDS e do

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

### A luta continua

A Reforma Agrária é hoje uma grande e histórica vitória dos

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

### A Reforma Agrária e a evolução da situação política

O êxito final da Reforma Agrária depende também naturalmente da própria evolução da situação política.

A aprovação e a entrada em vigor da Constituição, a realização das eleições para a Assembleia da República, a derrota do CDS e do

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

### A Reforma Agrária e a evolução da situação política

O êxito final da Reforma Agrária depende também naturalmente da própria evolução da situação política.

A aprovação e a entrada em vigor da Constituição, a realização das eleições para a Assembleia da República, a derrota do CDS e do

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós insistimos em unir os nossos esforços aos esforços de

partidos reacçãoários, que significaria sem dúvida pôr em causa os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa, formando uma maioria de direita e um governo de direita com o PS.

Nos alertamos os trabalhadores, alertamos todos os democratas, todos os antifascistas e especialmente os socialistas e simpatizantes socialistas para uma tal perspectiva que poria em causa as conquistas da revolução, a Reforma Agrária, a própria democracia.

O PCP insiste na necessidade da unidade da classe operária, da unidade das massas populares, da unidade dos democratas, da unidade entre socialistas e comunistas, para cortar o passo à reacção, para garantir o prosseguimento do processo democrático, para tornar possível a formação dum governo de esquerda, cuja política corresponde aos interesses, aos objectivos e às aspirações mais profundas do povo português.

Apesar das recusas e ataques dos dirigentes do PS ao nosso Partido, nós insistimos em propor ao PS, em nome dos interesses superiores do povo português e da democracia portuguesa, um exame conjunto da situação com vistas a estudar a possibilidade de transformar a maioria numérica PS-PCP que existe na Assembleia da República numa maioria política de facto, estabelecida na base dum plataforma elaborada e aprovada pelos dois partidos, tornando possível a formação dum governo de esquerda.

Nós

# FIRMEZA DE PRINCÍPIOS E CAPACIDADE CRIADORA NO VITORIOSO CAMINHO DO SOCIALISMO NA RDA

O IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha apresentou um balanço decisivo das grandiosas vitórias do povo da RDA, definiu as suas tarefas futuras, e constituiu um importante reforço da unidade do movimento comunista e uma importante contribuição para o enriquecimento da experiência da classe operária na sua luta pela paz, pela liberdade e pelo socialismo

Pode parecer um lugar comum começar por afirmar que a realização de um Congresso de um Partido Comunista é um acontecimento de especial importância. Convém contudo sublinhar tal facto, mais que não seja para que surja uma pergunta muito concreta: porquê?

É evidente que os Congressos dos Partidos Comunistas que dirigem a construção do socialismo nos países que constituem hoje o sistema socialista mundial elaboram a definição da política económica, nacional, internacional, etc., desses países e que tal facto lhes atribui um relevo muito especial.

Neles se estudam e adoptam novas directrizes adaptadas às novas realidades entretanto surgidas, se faz o balanço do trabalho realizado, dos esforços levados a cabo.

O relatório da actividade do Comité Central apresentado pelo camarada Erich Honecker ao IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha sublinha-o aliás com muita clareza quando afirma "o nosso Congresso assume uma importância particular uma vez que adoptará o novo programa do PSUA. Como afirmava Frederico Engels, um novo programa é como um estandarte que se arvoira aos olhos de todos, é através dele que se julga o Partido. E efectivamente, o nosso Congresso é uma bandeira que a todos revela o que somos e para onde vamos".

Interessa, porém, que verifiquemos que o interesse dos Congressos dos Partidos Irmãos não reside apenas no facto de para os comunistas de todo o mundo revelarem experiências e análises que pela identidade de princípios a eles particularmente interessam: a atenção que todos os sectores políticos — incluindo o imperialismo — lhes dedicam é particularmente significativa. A verdade é que nunca os congressos dos partidos burgueses no poder no mundo ocidental despertam, mesmo junto dos seus correligionários e amigos, tal atenção: em tais países a definição real da política do poder não passa exclusivamente, nem mesmo fundamentalmente pela manifestação por mais democrática que seja dos delegados dos aderentes a tais partidos. Organizações vastas de massas que possam ser, a verdade é que as bases de tais partidos vêem a sua interferência na acção do Estado exercida pelos seus dirigentes defrontar a estreita ligação desses mesmos dirigentes com os meios financeiros, com o capital que define efectivamente as grandes linhas da política nacional. E nos gabinetes dos grandes monopólios, nos concílios privados dos dirigentes do capital que se

estabelecem as orientações que depois os serventários políticos de banqueiros e capitães de indústria sujeitam à aprovação das massas que condicionam e dirigem. Tal não se passa num estado socialista, onde o partido dos trabalhadores é a expressão real do controlo dos trabalhadores sobre os meios de produção, sobre as realidades da vida nacional, na sua generalidade. O que um congresso de um partido comunista decide é po um lado a real expressão da vontade dos trabalhadores que o constituem e por outro o que efectivamente vai ser executado por um aparelho de Estado que só por esses trabalhadores é controlado.

Não significa isto porém que apenas os congressos dos Partidos Comunistas que se encontram no poder se revistam de particular importância. Naturalmente que o capital de experiências recolhido por tais partidos irmãos, a importância do seu papel no quadro da luta revolucionária em todo o mundo lhes concede especial destaque. Mas acresce o facto de que estes congressos são momentos importantes da acção teórica desenvolvida permanentemente pelos partidos comunistas na base de uma *teoria científica* que é o marxismo-leninismo. Os partidos burgueses surgem perante os seus aderentes como agrupamentos políticos cujo arsenal teórico se baseia num empirismo teórico que mais não faz do que adaptar em termos de massas as directrizes definidas pelos interesses lucrativos do grande capital dominante; os partidos comunistas, vanguardas organizadas da classe operária, são estruturas criativas, pela teoria em que se baseiam e pela organização de novo tipo que possuem, cuja acção teórica resulta de uma estreita ligação entre a teoria e a prática: a definição teórica feita por um Congresso de um partido comunista resulta efectivamente de uma situação real estudada, não se trata de uma "encadernação" para uso partidário ao nível das massas da orientação que uma minoria definiu ao nível dos seus interesses. Por outro lado — e isso sabe-o bem o inimigo, por isso tanta atenção dá aos congressos dos PCI — ela será intransigentemente levada à prática, constitui uma parte indissociável dessa prática, da acção que será a partir daí levada a cabo pelos trabalhadores organizados nos seus partidos de vanguarda.

E ficando esclarecido o porquê de tal interesse, vejamos o que se passou em Berlim, capital da RDA, entre 18 e 23 do corrente mês, no IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha.



Aspecto geral do auditório do Palácio da República que foi inaugurado com o Congresso

envolvendo os recursos económicos, técnicos e científicos, da URSS e dos restantes países saíram prejudicadas, com tudo o que daí resultaria de dificuldades na construção do socialismo nos outros países socialistas, dificuldades que o imperialismo não deixaria de aproveitar por todos os processos.

A forma simultaneamente firme e criadora como o PSUA conduz a sua política exterior neste aspecto concreto tem permitido à RDA — como o salientam detalhadamente os documentos aprovados no seu IX Congresso — aproveitar de uma cooperação estabelecida em bases de solidariedade inteiramente novas em relação às relações entre países capitalistas, com todos os benefícios que daí têm advindo para a melhoria das

condições de vida do povo alemão. Têm-lhe permitido participar activamente no reforço global do campo socialista através dos seus recursos, como igualmente do esforço produtivo dos trabalhadores alemães baseado numa profunda consciência de classe e num trabalho político profundo.

A defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, a compreensão do carácter internacional dos objectivos e problemas dos povos transforma a RDA num bastião da paz e da liberdade em todo o mundo. A activa solidariedade do povo alemão aos povos em luta aliá-se à acção desenvolvida pela República Democrática no plano internacional, no sentido da coexistência pacífica e do reforço

da segurança dos povos. Como afirma o camarada Honecker "Com a política de coexistência pacífica correspondemos ao interesse vital de todos os povos de ver a paz assegurada e de impedir uma guerra nuclear devastadora. Aqui se exprime o humanismo profundo da nossa política". E, mais adiante: "A realização dos princípios da coexistência pacífica é necessária para todos os povos. Insistimos no facto de que ela é vantajosa para desenvolver a luta conduzida pelas forças anti-imperialistas contra a exploração e a opressão, que é vantajosa para os interesses sociais e nacionais dos povos dos países capitalistas e do Terceiro Mundo".

O reforço da solidariedade internacional e da unidade das

forças progressistas, o combate intransigente ao divisionismo no campo do socialismo foi assim uma tónica dominante do IX Congresso, quer através das posições do PSUA, quer transparecendo nas saudações dirigidas ao Congresso pelos partidos irmãos. O camarada Paul Laurent, membro do Comité Central do PCF declarou claramente que "as divergências entre partidos não podem prejudicar a indispensável unidade do movimento comunista" e o relatório do CC do PSUA afirma "os partidos comunistas só podem realizar estas tarefas (na luta contra o imperialismo, pela paz no mundo, a democracia e o socialismo) desde que reforcem ainda mais a sua unidade e coesão".

## A consolidação do socialismo e o progresso económico e social fruto do esforço dos trabalhadores e da direcção do Estado pela vanguarda organizada da classe operária

As tarefas da construção do socialismo, as questões económicas do desenvolvimento e do bem estar do povo da República Democrática Alemã estiveram, naturalmente, no centro das preocupações do Congresso. "A realização consequente da tarefa

enquadramento social e humano que cuidadosamente lhes foi atribuído. Na verdade, verifica-se por exemplo que o volume global de investimentos feitos na economia nos anos de 1970 a 1975 foi igual ao atingido nos 15 anos decorridos

86 por cento ao aumento da produtividade no trabalho, o que revela a maciça adesão dos trabalhadores aos apelos e directrizes no sentido de aumentarem a rentabilidade das instalações através de um melhor aproveitamento do equipamento e uma intensificação do trabalho. O movimento gerado em torno da organização do aumento de produtividade revela aliás aspectos altamente estimulantes, revelados em pormenor nas intervenções de numerosos delegados: a generalização das críticas e sugestões individuais e colectivas ao nível de todos os postos de trabalho — as "anotações ao plano" — desempenharam um papel importantíssimo não só no que se refere à conquista de todos os trabalhadores para a participação no aumento de produtividade, como forneceram numerosíssimas pistas de trabalho que se têm vindo a revelar da maior importância.

A racionalização e industrialização do sector agrícola proporcionou também resultados muito importantes que permitiram uma melhoria global dos consumos de produtos alimentares que haviam já atingido na RDA um nível muito elevado. Cada cidadão aumentou em média, entre 1970 e 1975, o seu consumo de carne de 66,1 kg para 77,8 kg, o de leite de 98,51 para 102,11 e o de ovos de 239 para 268 unidades.

No que se refere ao bem-estar social — meta fundamental do programa do VIII Congresso — números como mais de 120000 máquinas de lavar adquiridas nos últimos cinco anos, aumentos de 30% nas pensões de reforma, de 100% nos subsídios de nascimento, a criação de mais

63000 novos lugares em creches e 133000 novos jardins infantis (estavam previstos, respectivamente, 53000 e 117000) e de 17200 novas salas de aula fazem por si.

Foi, porém, no plano da habitação que um grande esforço se realizou: para o meio milhão de novas habitações previstas, os trabalhadores da construção civil edificaram 400000 habitações e repararam 209000, num total de 609000 novos lares. Conseguiu-se assim melhorar as condições de habitação de quase dois milhões de habitantes, ultrapassando em cerca de 21,8% os objectivos do plano quinquenal.

No campo das realizações científicas e técnicas, bem como das actividades culturais e desportivas, os resultados foram igualmente significativos, traduzindo-se num aumento de produção generalizado de materiais culturais (livros, discos, etc.) num alargamento das mais diversas actividades culturais, do teatro aos museus, da televisão às bibliotecas públicas, num alargamento do número de praticantes desportivos a proporcionar resultados espectaculares em competições internacionais de praticamente todas as modalidades.

No conjunto, o PSUA pode orgulhosamente afirmar que não só "cada cidadão do nosso país pode convencer-se que no nosso partido as palavras são seguidas por actos", mas também que "realizámos, no decurso dos anos 1971-1975, o programa social mais importante que a nossa República jamais conheceu e isto devido não somente aos fundos empregues, mas também e acima de tudo nas repercussões que eles tiveram na vida do povo".

## Um profundo trabalho partidário, uma manifestação da democracia socialista, um reforço da unidade das forças progressistas

Trabalho colectivo, análise da realidade que dia-a-dia se constrói, o IX Congresso do PSUA não começou a 18 e muito menos terminou a 23! No majestoso edifício do Palácio da República inaugurado pelos delegados ao IX Congresso, realizou-se a síntese final de um vasto trabalho de discussão e sistematização que se prolongou afinal por todo o período — cinco anos — que medeou entre 1976 e o VIII Congresso. Naturalmente também que o estudo dessa síntese, expressa no novo programa, nos novos estatutos, nas intervenções dos delegados e dirigentes do PSUA, a aplicação das directrizes nele contidas e o seu enriquecimento a partir de agora constituirão não só o prolongamento teórico e prático da importante reunião como também a preparação do X Congresso.

Conforme "Avante!" já assinalou, para além do debate interno em todas as organizações do Partido, os documentos programáticos essenciais propostos ao Congresso foram sujeitos à discussão por todo o povo da RDA e, por exemplo, só em 1975 — portanto ainda antes da discussão pública — o Comité

Central do PSUA recebeu mais de 26 000 cartas com sugestões, críticas, etc. Os 2519 delegados que participaram nas reuniões de trabalho de Berlim correspondiam assim à expressão de um vasto trabalho colectivo, à expressão real da vontade dos trabalhadores, das suas preocupações, dos seus pontos de vista livremente e criativamente manifestados em incontáveis reuniões, desde as integradas no trabalho partidário normal, até às especialmente convocadas para estudo dos materiais a discutir no Congresso.

A constituição social dos delegados que aprovaram as directrizes que regerão a política da República Democrática Alemã nos próximos cinco anos revela esclarecedoramente não apenas uma representatividade real do PSUA em relação à população da República Democrática Alemã, como também a realidade do domínio exercido pelas classes trabalhadoras sobre a construção do socialismo: 63,8 por cento dos delegados eram operários e 78,6 por cento originários da classe operária.

A repartição de idades entre os

delegados, as actividades profissionais por eles actualmente exercidas, a sua qualificação política e profissional são, por seu lado, outros tantos elementos que confirmam esses factos.

Ao Congresso assistiram igualmente oito centenas de convidados, cuja presença correspondeu a outros aspectos significativos da importância da reunião e das suas conclusões. A presença de dirigentes destacados de 74 partidos comunistas e operários correspondeu activamente à unidade do movimento comunista internacional e constituiu um reforço do movimento revolucionário mundial. As saudações lidas pelos camaradas Mikhail Suslov, Todor Jivkov, Edward Gierek, Gustav Husak, Janos Kadar, Fran Popit, So Tchol, Blas Roca, Phoumi Vongvichit, Damdinchayn Maidar, Ilie Verdet e Nguyen Duy Trinh constituíram não só significativas expressões de solidariedade como também um repositório útil das experiências dos povos da URSS, da Bulgária, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Coreia, Cuba, Laos, Mongólia, Roménia e Vietnam nos

seus esforços e vitórias na construção do socialismo.

Constituída pelos camaradas Joaquim Gomes, do secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, e Francisco Miguel, do Comité Central, a delegação do nosso Partido tomou assento ao lado de representantes de outros partidos irmãos que, muitos deles em difíceis condições de clandestinidade e repressão, travam árduas lutas pela libertação dos seus povos e pela vitória do progresso e da paz.

A presença de representantes de delegações de movimentos de libertação nacional de países que lutam contra a dominação colonialista e imperialista e também de outros partidos de esquerda como os Partidos Socialistas do Chile, da Bélgica, francês, italiano e japonês responderam, por outro lado, a uma expressão concreta e expressiva da intransigente defesa da unidade das forças progressistas defendida em todo o mundo pelos comunistas, como igualmente aos passos em frente dados pela conjugação de esforços entre todos os que se batem por um futuro mais justo e feliz para a Humanidade.

## Fidelidade ao marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário na defesa da paz e da liberdade dos povos

A firmeza e fidelidade do PSUA aos princípios do marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário e aos objectivos fundamentais do movimento comunista internacional foi reafirmada da forma mais clara no seu IX Congresso.

Defrontando uma situação de ponta na confrontação entre o campo socialista e a política agressiva do imperialismo, o PSUA reflecte firmemente na sua orientação uma capacidade de definição ideológica inteiramente correcta.

O interesse das forças

reaccionárias em relação ao primeiro estado socialista em território alemão tem explicações de ordem geográfica, económica e política simultaneamente claras e complexas mas que, no essencial, se cifram por um permanente assestar das baterias do imperialismo (e sem que isto seja

apenas linguagem figurada) no sentido de abrir através da RDA uma brecha na indispensável unidade e coesão do bloco socialista. Esta constante pressão visa muito naturalmente a pedra angular desta unidade, ou seja a posição relativamente ao primeiro país socialista, à União Soviética. O feroz ataque da propaganda reaccionária contra a URSS e contra as relações de novo tipo estabelecidas entre os países da comunidade socialista se, por um lado, visa privar as vanguardas organizadas da classe operária da correcta apreciação e aproveitamento das "experiências acumuladas pelo PCUS, o partido mais provado do nosso movimento comunista mundial", como afirmou o camarada Honecker no relatório do CC do PSUA, pretende, por outro lado, prejudicar a coesão política dos estados socialistas, com todos os reflexos que isso comporta no plano militar decisivo para a (jamais desmentida) política de agressão do imperialismo. Por outro lado ainda, a exploração de sentimentos chauvinistas, de preconceitos herdados das dominações burguesas derrubadas pelas revoluções triunfantes proporciona ainda ao capitalismo a garantia de que as possibilidades de progresso económico e social abertas por uma cooperação, baseada no internacionalismo proletário

principal: continuar a elevar o nível de vida material e o nível cultural do povo a partir de um ritmo de crescimento elevado da produção socialista, dum aumento da eficiência, do progresso científico e técnico e do crescimento da produtividade do trabalho continuar a ser — afirma o relatório do CC — o centro das preocupações da política do PSUA".

O balanço realizado no Congresso relativamente aos resultados do plano quinquenal concluiu este ano forneceu perspectivas extremamente animadoras e positivas para o futuro. As estatísticas reveladas não só nos documentos fundamentais como nas intervenções de numerosos delegados que se debruçaram sobre a actividade de diversos sectores da produção forneceram índices excepcionais de crescimento que determinam números igualmente extraordinários no que se refere à melhoria geral das condições de vida.

As metas estabelecidas para o plano quinquenal aprovado no VIII Congresso — já de si ambiciosas — foram na generalidade ultrapassadas, com destaque para sectores fundamentais. Índices diversos dão uma ideia clara do que foram as importantes vitórias do povo alemão no sector da economia e do programa social, mas assume uma importância muito particular sublinhar não só a forma como tais resultados foram obtidos, mas também o

entre 1950 e 1965, o que naturalmente dotou a economia da RDA com estruturas de grande capacidade; contudo, o crescimento verificado nos sectores industriais deveu-se em



Os camaradas Mikhail Suslov, que chefiava a delegação do PCUS, e E. Honecker, secretário geral do PSUA



Delegados ao Congresso



Um aspecto da grandiosa manifestação promovida pela Federação da Juventude Livre, no segundo dia do Congresso, que juntou mais de cem mil jovens na Praça Marx-Engels

## Um programa quinquenal onde se reflecte uma profunda confiança nas massas trabalhadoras e se espelha o humanismo socialista

Os objectivos definidos pelo IX Congresso para o próximo quinquênio constituem, no essencial, o prosseguimento do caminho de desenvolvimento económico, de aumento de

relatório apresentado pelo camarada Honecker, "cada minuto de trabalho representa um ganho ou uma perda para a sociedade e, portanto, para todos os seus cidadãos. Isto torna mais

Por outro lado ainda, o PSUA salienta a importância de cientistas e técnicos no trabalho previsional a todos os níveis, na dotação do conjunto das estruturas económicas e políticas de dados e condições para que a planificação económica seja não só cada vez mais exacta como possa dispor de meios de aplicação cada vez mais desenvolvidos. "No decurso da preparação do Congresso — assinala o Relatório do CC — fizemos uma análise muito profunda para determinarmos as causas do desenvolvimento estável e contínuo de combinats e empresas que se distinguem pelos seus bons resultados. O "segredo" destes êxitos reside sempre no facto de a produção ser preparada a longo termo, para longos anos, através de realizações científicas e técnicas de nível mais elevado. Seguindo um programa bem definido, as empresas procedem por assim dizer a uma renovação técnica contínua."

O programa de bem-estar social ligado a este crescimento económico comporta igualmente propostas de grande alcance. Grande prioridade mantém-se para o sector da construção civil: mais 750 000 alojamentos serão construídos até 1980, beneficiando cerca de 2,2 milhões de habitantes.

Este sector da habitação revela, para além da especial atenção relativamente às necessidades concretas do bem-estar da população, o enquadramento permanente dessa acção numa perspectiva profundamente humanista. O extenso trecho que transcrevemos do relatório do Comité Central é um dos que melhor revelam a extraordinária capacidade do PSUA de assegurar à melhoria das condições materiais do povo da RDA uma dimensão humana aberta e virada para o futuro, ao mesmo tempo que, permanentemente, se apontam as necessidades de um correcto trabalho colectivo, de um trabalho pautado pelos princípios marxistas-leninistas, pela integração de todas as actividades

no espírito de vanguarda da classe operária:

"A construção de alojamentos a esta importante escala exige levar mais longe a industrialização dos

arquitectónicas, artísticas e urbanísticas que correspondam às necessidades da sociedade em matéria de urbanismo. Para falar com toda a clareza: consideramos

incomodar nem sempre trazem a satisfação que é de esperar de todas as realizações novas. Quando se planificam e constroem novos bairros é, antes de mais nada, necessário, para além da concepção variada das construções dos edifícios-tipo que já se pratica largamente, ter em conta a forma como se podem harmonizar intimamente com os antigos bairros vizinhos e a integração destes últimos nos novos conjuntos. Combinando judiciosamente o antigo e o novo, conservaremos nas nossas cidades o seu carácter histórico ao mesmo tempo que as renovamos.

Apelamos para todos os trabalhadores da construção civil para que utilizem metódicamente as possibilidades que se lhes oferecem para realizarem uma boa concepção funcional dos novos bairros de habitação sob o ponto de vista urbanístico e arquitectónico. O cidadão deve lá encontrar supermercados, creches e jardins infantis, sem esquecer restaurantes acolhedores. O arranjo sugestivo dos espaços urbanos, os detalhes arquitectónicos, desde os edifícios até às ruas e aos espaços verdes, cuidadosamente estudados, devem agradar aos habitantes. Oferecem-se aqui numerosas possibilidades para uma cooperação socialista criadora dos arquitectos com os artistas, os paisagistas e, bem entendido, com os colectivos que realizam as obras e os próprios responsáveis pelas construções."

Mais dois passos do relatório do Comité Central dão ainda uma clara ideia da profunda sensibilidade que rodeia a definição das grandes directrizes que o PSUA propõe aos trabalhadores e a todo o povo da RDA:

"A família cabe a principal responsabilidade na educação das crianças. Desde a mais tenra infância que exerce uma durável influência sobre o desenvolvimento dos jovens.

Educando as suas crianças no respeito pelos homens, pela vida e pelo trabalho, ensinando-os a desempenharem-se das suas tarefas, a amarem a verdade e a modéstia, a respeitarem os seus próximos e a assumirem as suas responsabilidades cívicas, os pais contribuem poderosamente para despertarem e estimularem as qualidades dos jovens comunistas.

"A alta responsabilidade da sociedade na educação da jovem geração decorre do carácter humanista do nosso regime socialista no qual pode desabrochar plenamente a personalidade humana. Enquanto delegado do Estado dos operários e camponeses, o professor contribui de forma decisiva na formação intelectual, política e moral da juventude e exerce assim influência sobre o presente e o futuro do nosso povo. O respeito que a nossa sociedade testemunha ao professor, a constante solicitude do nosso Partido e do nosso Estado para com os pedagogos advém do grande valor que atribuímos ao

trabalho dos que plenamente se consagram à educação da nossa jovem geração."

E, no que se refere ao capítulo das artes para além dos grandes objectivos de divulgação cultural, o relatório apresentado pelo camarada Erich Honecker afirma a certo passo:

"Um dos principais objectivos da actividade cultural socialista é o de abrir um campo de acção mais largo e de um maior alcance que permita aos homens satisfazerem mais plenamente os seus gostos e os seus interesses. Trata-se de estimular os múltiplos talentos e aptidões e favorecer uma atitude criadora em relação à vida.

"As centenas de milhares de homens que desenvolvem, como amadores, múltiplas actividades artísticas criam alegria para si próprios e para os que os rodeiam. Simultaneamente, as actividades artísticas do povo impregnam a nossa vida de cores belas e tons novos, ao mesmo tempo que estimulam a arte profissional. É preciso valorizar todas as fontes da criação cultural do povo."

## Um Partido fortemente implantado na classe operária, temperado na luta, poderosamente organizado, ideologicamente coeso e criador

O IX Congresso do PSUA aprovou também os novos estatutos do Partido. Juntamente com os textos programáticos, nele se sintetizam as grandes tarefas do Partido, se manifesta o respeito profundo pelos princípios do marxismo-leninismo.

Na base do marxismo-leninismo, da sua aplicação criadora e do seu desenvolvimento, o Partido Socialista Unificado, forma suprema de organização social e política, vanguarda aguerrida da classe operária — afirma-se no relatório da Comissão de Estatutos, apresentado pelo camarada Paul Verner — orienta e dirige a edificação do socialismo na República Democrática Alemã, guia o povo no caminho do socialismo e do comunismo, da salvaguarda da paz e da democracia".

As grandes tarefas que se colocam ao Partido, as necessidades do reforço da coesão interna, de reforço do trabalho político e ideológico são apontados aos mais de dois milhões de militantes do PSUA.

No período entre o VIII e o IX Congresso, mais 334 162 militantes foram integrados no Partido dos quais 69% são operários: a forte raiz operária do PSUA mantém-se integralmente, ao mesmo tempo que se reforça o seu nível ideológico: 340 000 militantes frequentaram cursos de qualificação política nos últimos cinco anos.

As novas tarefas que se colocam aos comunistas da RDA face à consolidação do socialismo merecem uma especial atenção:

"Partimos do princípio — afirmou o camarada Paul Verner — que com o prosseguimento da edificação da sociedade socialista avançada, o papel dirigente do Partido cresce objectivamente bem como aumentam as obrigações de cada camarada.

"A maneira como o Partido enfrentará as suas novas e mais importantes tarefas dependem essencialmente das qualidades morais e políticas dos comunistas, da sua fidelidade aos princípios, da sua militância e do seu exemplo. Por isso, a participação activa e consciente, organizada e disciplinada, de todos os militantes na luta conduzida pelo Partido, na elaboração, execução e controlo das decisões do Partido é uma regra válida em todos os domínios."

Para as grandes tarefas que esperam o povo da RDA, o Partido Socialista Unificado da Alemanha traçou o caminho.

Como assinala o relatório do Comité Central, "o nosso IX Congresso dará, estamos certos, novos e poderosos impulsos à nossa obra de edificação do socialismo e do comunismo. Uma vez mais, as palavras tornar-se-ão realidades, as decisões de um Congresso do partido Socialista Unificado da Alemanha tornar-se-ão realidade na vida do povo."



O camarada Joaquim Gomes, do secretariado e da Comissão Política do PCP, quando lia a saudação ao IX Congresso do PSUA pelo nosso Partido

bem-estar social, de consolidação das bases do socialismo e do comunismo na República Democrática Alemã.

Partindo sempre de uma estreita ligação entre uma política de investimentos de grande amplitude e de uma racionalização e melhoria das condições de trabalho que se exprimam em crescentes aumentos de produtividade, o PSUA propõem ao povo da RDA atingir em 1980 resultados que proporcionarão uma vida ainda mais feliz e próspera.

A importância muito especial atribuída à consciencialização de todos os trabalhadores da necessidade de uma disciplina de trabalho baseada numa larga compreensão da importância da actividade reveste-se de uma importância particular em cada vez que o nível de desenvolvimento já atingido e o volume de investimentos a realizar conduzem a um desenvolvimento decisivo da capacidade produtiva. Uma hora de trabalho na indústria da RDA produzia, em 1975 um valor superior a um milhão de contos, praticamente o dobro do que produzia dez anos antes. Até 1980 essa capacidade vai ainda aumentar e, como afirma o

imperativa a obrigação feita a toda a sociedade de se dedicar resolutamente, em toda a nossa economia, a reduzir os tempos mortos, os tempos de espera e imobilização e de velar por um bom rendimento diário e uma organização relectida da produção.

O desenvolvimento técnico e científico merece igualmente uma atenção assinalável uma vez que "os objectivos fixados para a consolidação contínua da base material e técnica pela via da intensificação estão estreitamente ligados à aceleração do progresso científico e técnico".

Os objectivos não são, porém, apenas os da melhoria técnica, os do aumento da capacidade produtiva através do progresso científico. O plano quinquenal e as suas directrizes traçam um vasto campo de directrizes para o trabalho dos cientistas e técnicos e, muito especialmente, assinalam a importância desse trabalho se desenvolver em estreita ligação com os trabalhadores, não só para a sua maior adequação às realidades concretas da produção, como também para o reforço de um trabalho colectivo e informado por uma sólida consciência de classe e uma correcta visão socialista.



## Do nosso enviado especial RUBEN DE CARVALHO

processos de construção. Para satisfazer inteiramente a população, os trabalhadores da construção civil, nomeadamente os desenhadores-projectistas e os arquitectos, terão de responder a exigências extremamente elevadas. Devem encontrar, mesmo nas condições da construção industrializada de edifícios-tipo, soluções

que é de uma absoluta importância social não apenas dar alojamentos à população, mas também que se sintam bem no seu bairro, que as nossas cidades e vilas sejam cada dia mais agradáveis para todos nós.

As chamadas soluções de grande estilo que consistem em demolir tudo o que parece



A mesa que presidiu ao Congresso quando o camarada E. Honecker apresentava aos delegados o relatório da actividade do Comité Central

# LEVANTAMENTO DE ABRIL DE 1876: ETAPA DA LUTA DO POVO BÚLGARO PELA LIBERDADE E PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

## O centenário do Levantamento de Abril na Bulgária foi assinalado em Portugal através de uma exposição fotográfica

"Passarão os anos. O nosso povo edificará o socialismo e o comunismo. Mas o nome dos insurrectos de Abril, o seu amor à Pátria, o seu heroísmo e abnegação, iluminarão e inspirarão eternamente o povo a novas acções em nome da sua felicidade e bem-estar, em

Estado da República Popular da Bulgária.

No passado dia 20 de Abril completaram-se 100 anos sobre o grande levantamento do povo búlgaro contra o jugo otomano, no qual participaram as forças revolucionárias e todo o povo, dirigido pelo

O Levantamento de Abril provocou um largo movimento de solidariedade em toda a Europa democrática, nomeadamente por parte da Rússia, que desencadeou, meses mais tarde, uma grande e vitoriosa guerra contra o império otomano. Esta guerra terminou pela independência política e nacional da Bulgária.

Simultaneamente com o centenário do Levantamento de Abril, comemora-se igualmente o centenário da morte do grande poeta revolucionário búlgaro Christo Botev. Botev integrou-se na luta contra o ocupante otomano, tendo organizado uma brigada de 180 homens que, a partir da Roménia, penetrou em território búlgaro ocupado. Após duras e difíceis batalhas, Christo Botev caiu heroicamente no dia 2 de Junho.

erguer a bandeira de combate dos revolucionários de Abril, a bandeira que Christo Botev empunhava quando caiu no campo de batalha: a bandeira dos explorados e oprimidos da Bulgária, a bandeira dos explorados e ofendidos de todo o mundo.

A Insurreição de Abril anunciou a aurora da libertação total da Bulgária. Todavia, longas e duras lutas e difíceis obstáculos ergueram-se ainda na via da liberdade, da independência e da justiça social.

Cem anos decorridos, podemos afirmar que os descendentes dos heróis de Abril concluíram honrosamente a herança dos seus antepassados. Os ideais da Revolução de Abril apenas se concretizaram na actual Bulgária socialista.

A República Popular da Bulgária é um estado independente, com um grande prestígio internacional e membro destacado da comunidade de estados socialistas. Com uma força e uma energia sempre novas, com obras heróicas permitidas pelo constante trabalho criador, o povo búlgaro constrói a sociedade socialista desenvolvida e marcha na primeira linha do progresso.

Cem anos após a Insurreição de Abril, o XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro incumbe os sonhos dos revolucionários de Abril, elaborou e aprovou um Programa no qual estão contidos os meios de alcançar a meta que tem vindo a iluminar o caminho de todo o povo búlgaro: o Socialismo e o Comunismo.

### LEVANTAMENTO DE ABRIL INSPIROU 9 DE SETEMBRO

Derrotado o invasor otomano, não terminou, no entanto, a luta do povo búlgaro, que a prosseguiu e desenvolveu, agora contra outras formas de exploração e de opressão. A luta do heróico povo búlgaro contra o capitalismo e o fascismo, inspirada no exemplo dos revolucionários de Abril, dirigida pelo glorioso partido de Blagoev e Dimitrov e sob a bandeira da Frente da Pátria, liquidaria o monarca-fascismo em 9 de Setembro de 1944.

Realizando a revolução socialista e abrindo as portas para o pleno desenvolvimento político, económico, social e cultural, o povo búlgaro soube

### EXPOSIÇÃO DAS VITÓRIAS DO POVO BÚLGARO

A fim de comemorar estas datas históricas para a história da libertação do povo búlgaro, inaugurou-se, na passada semana, no Palácio Foz, uma exposição fotográfica destinada a assinalar estas duas importantes efemérides — Levantamento de Abril e Centenário de Christo Botev — bem como a Festa Nacional da Cultura Búlgara, que aquele heróico povo dos Balcãs comemorou nos passados dias 24 e 25.

Organizada pela Secretaria de Estado da Cultura, pela Associação Portugal-Bulgária e pela Embaixada da República Popular da Bulgária, esta exposição reúne importantes documentos fotográficos de três fases da luta e da vida do povo búlgaro: Levantamento de Abril de 1876, luta contra o nazi-fascismo e libertação de 9 de Setembro de 1944 e, finalmente, construção do Socialismo e do Comunismo na República Popular da Bulgária.

A exposição estará patente ao público até ao próximo dia 31 de Maio. Entretanto, no seu primeiro dia, deslocaram-se ao Palácio Foz, tendo sido recebidos pelo embaixador da RPB, camarada Nenko Tchendorv, várias individualidades da vida política, diplomática e cultural, nomeadamente os camaradas embaixadores da União Soviética, República Democrática Alemã e República Socialista da Hungria, o ministro da Comunicação Social, o secretário de Estado dos Desportos.

Representando o PCP, compareceram no Palácio Foz os camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC — que chefiou a delegação do nosso Partido ao XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro — e Albano Nunes, membro suplente do CC e responsável pelo Departamento Internacional do Comité Central.



# CAPITALISMO FRANCÊS OFERECE ARMAS PARA RELANÇAR O LÍBANO NA GUERRA

No momento em que se verifica um esforço sério, no Líbano, para pôr cobro a uma situação que já custou mais de 20 000 vidas e destruição da economia e a divisão do país, num momento em que conversações entre o presidente eleito, Elias Sarkis, o dirigente socialista Kamal Jumblatt e o dirigente palestiano Yasser Arafat, abrem perspectivas de paz para o Líbano — a França, em arremedo de velha senhora colonial, propõe-se "auxiliar" com as suas tropas a "solução" de um conflito em que só o imperialismo está interessado.

Comentando a atitude de Giscard d'Estaing, Yasser Arafat afirmou que esta se destinava basicamente "a atacar a Revolução Palestiniense".

A direita não está a colher no Líbano os frutos esperados. Tenta recorrer às armas sob forma sofisticada de uma "oferta". São já fracas os seus recursos, mas esforça-se ainda por impor a sua linguagem — a da agressão.

# DECLARAÇÃO CONJUNTA SOVIÉTICO-MOÇAMBICANA

## A visita de Samora Machel à União Soviética saldou-se de forma altamente positiva. Foram reforçados os laços entre a pátria do socialismo e um dos países que aponta hoje o caminho da liberdade em África

A convite do Comité Central do PCUS e do Presidium do Soviete Supremo da URSS esteve na União Soviética, em visita oficial de amizade, de 17 a 22 de Maio de 1976, a delegação moçambicana de Partido e de Estado chefiada pelo presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e presidente da República Popular de Moçambique, camarada Samora Moisés Machel.

No decurso da estadia na URSS da delegação de Partido e de Estado de Moçambique, teve lugar o encontro entre o Secretário-Geral do CC do PCUS, L. I. Brejnev e o presidente da FRELIMO e presidente da República Popular de Moçambique Samora Moisés Machel.

Num ambiente de amizade calorosa, L. I. Brejnev e Samora Moisés Machel confirmaram a aspiração mútua do PCUS e da FRELIMO de reforçar a cooperação entre os dois partidos, a sua intenção de contribuir para o desenvolvimento dos laços de amizade entre a URSS e a República Popular de Moçambique.

Efectuaram-se conversações soviético-moçambicanas. Assim se inicia o texto final da declaração conjunta soviético-moçambicana que coroa os trabalhos que se processaram no decurso da visita do camarada Samora Machel à União Soviética.

O texto prossegue: A parte moçambicana aprecia altamente o apoio internacionalista moral e material prestado pela União Soviética à luta de libertação nacional do povo moçambicano sob a direcção da FRELIMO pela libertação nacional da sua pátria e expressa o seu sincero agradecimento ao povo soviético, ao Comité Central do PCUS e ao Governo soviético por esta ajuda. Foi sublinhada a existência de condições favoráveis para o desenvolvimento de relações entre a URSS e a República Popular de Moçambique. Foi decidido emprender novos esforços para ampliar e aprofundar a cooperação multilateral e o apoio mútuo entre os dois países.

O documento faz uma análise detalhada da situação actual das forças progressistas a nível internacional, em particular no continente africano.

As partes trocaram opiniões sobre a situação no mundo contemporâneo, nomeadamente no continente africano, e constataron que a época actual se caracteriza pelo avanço da luta popular em favor da libertação nacional e social, pela paz, pela democracia e o progresso. No decurso das duas últimas décadas os povos da África alcançaram êxitos históricos na luta pela libertação nacional e a independência. Sob os golpes desfechados pelo movimento de libertação nacional e com o apoio dos países socialistas e de outras forças progressistas do mundo caíram os impérios coloniais.

A luta anti-imperialista dos povos africanos cada vez mais se transforma numa luta anticapitalista. Os estados africanos soberanos ocuparam um lugar digno na comunidade dos povos livres do mundo e começaram a desempenhar um papel activo na arena internacional.

As partes estão convencidas de que a garantia do êxito da luta anti-imperialista e anticapitalista dos povos da África, Ásia e América Latina passa pela unidade de acção com os países socialistas e outras forças progressistas do mundo. Exortam a contrapor às forças unidas da reacção, uma aliança poderosa das forças

do sistema da opressão colonial, da violação da igualdade de direitos e da independência dos povos. As partes soviética e moçambicana em conformidade com os princípios da Carta da ONU, da Declaração Geral dos Direitos do Homem e da declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos sob o jugo colonial exigem resolutamente o fim da política do colonialismo, racismo e "apartheid".

A União Soviética e Moçambique declaram o seu apoio à luta dos povos oprimidos do Zimbábue, da Namíbia e da República da África do Sul pela igualdade de direitos, autodeterminação, liberdade e independência nacional e fazem um apelo a todas as forças progressistas do mundo para que reforcem o seu apoio a esta luta.

A União Soviética reafirma a sua inteira solidariedade para com a República Popular de Moçambique, que é submetida às provocações e agressões armadas por parte dos racistas sul-ruandeses e apoia a decisão do governo moçambicano de aplicar contra o regime da Rodésia do Sul, as sanções previstas pelas resoluções da Organização das Nações Unidas.

As partes consideram que no momento actual é dever de todos os povos amantes da paz de prestar ajuda e apoio à República Popular de Angola para reforçar os êxitos alcançados, consolidar as suas posições internacionais, contribuir por todos os meios para restabelecer a sua economia e normalizar a vida pacífica.

A intervenção armada das forças reacçãoárias contra Angola e o desenvolvimento posterior dos acontecimentos no sul do Continente Africano demonstram com toda a clareza a necessidade para os estados africanos de estarem vigilantes contra as intrigas e diversas manobras imperialistas, de fortalecerem a unidade de acção contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo.

As partes salientaram o papel positivo que desempenham as forças progressistas da África na acção da Organização da Unidade Africana (OUA). É opinião das partes que os países progressistas africanos ao intensificarem as suas acções no seio da organização contribuem para o reforço da sua orientação anti-imperialista e anticapitalista, elevam mais o seu papel na luta pela paz, pela independência nacional e pelo progresso social.

No decurso da troca de opiniões as partes destacaram que a União Soviética e Moçambique pronunciam-se pelas posições comuns em favor da luta contra o imperialismo e o colonialismo. Anotaram a coincidência dos pontos de vista sobre uma ampla série de questões internacionais abordadas.

As partes estão convencidas de que a garantia do êxito da luta anti-imperialista e anticapitalista dos povos da África, Ásia e América Latina passa pela unidade de acção com os países socialistas e outras forças progressistas do mundo. Exortam a contrapor às forças unidas da reacção, uma aliança poderosa das forças

revolucionárias, isto é do sistema socialista mundial, do movimento trabalhador internacional, dos combatentes pela libertação nacional e social dos povos.

Ambas as partes reafirmaram a sua política em favor do bom clima internacional, da manutenção e aprofundamento do processo do desanuviamento internacional, da consolidação dos princípios da coexistência pacífica entre os estados com regimes sociais diferentes. Elas consideram que o desanuviamento é de importância vital para todos os estados e povos do mundo. As partes denunciam as manobras dos círculos mais agressivos do imperialismo dirigidas contra o desanuviamento internacional, a criação de novos focos de tensão. Denunciam as tentativas destes círculos de utilizar o desanuviamento a fim de realizar a subversão ideológica contra os estados progressistas.

As partes estão convencidas de que o desenrolar do processo do desanuviamento é inconcebível sem que sejam tomadas medidas eficazes no sentido de cessar a corrida aos armamentos e livrar a humanidade da ameaça de uma guerra nuclear. A União Soviética e Moçambique consideram o desarmamento como um dos problemas-chave da actualidade. Sublinharam a necessidade de fazer por conseguir, no mais breve prazo possível, a convocação duma conferência mundial para o desarmamento.

A União Soviética e Moçambique, são de opinião de que um passo importante no caminho da diminuição da ameaça de guerra é a criação de condições favoráveis para fazer avançar o desarmamento seria a conclusão dum tratado geral sobre o não emprego de força nas relações internacionais. As partes concordaram em agir conjuntamente a favor da conclusão de tal tratado.

Depois de proceder a uma troca de opiniões sobre a situação no Médio Oriente, as partes exprimiram a sua preocupação pela tensão perigosa que ainda existe nesta região. Reafirmaram a sua decisão de contribuir para conseguir uma solução política universal, na base da evacuação das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados em 1967, com a garantia dos legítimos direitos do povo árabe da palestina, incluindo o direito a criar o seu próprio estado independente e com a garantia da segurança de todos os estados e povos desta região e do seu direito à existência e ao desenvolvimento independente.

Ambas as partes são da opinião de que o instrumento mais conveniente e seguro para conseguir tal solução é a Conferência de Paz de Genebra sobre o Médio Oriente, em cujos trabalhos devem participar desde o seu início e em pé de igualdade de direitos todas as partes directamente interessadas, incluindo a Organização de Libertação da Palestina, representante legítimo do povo árabe palestino.

A União Soviética e a República Democrática Popular de Moçambique declaram o seu apoio aos esforços da República Popular da Coreia dirigidos para a reunificação da Coreia na base democrática e pacífica. Estão convencidas de que o obstáculo fundamental no caminho da

reunificação da Coreia é a presença das tropas americanas no sul do país. Os Estados Unidos da América devem retirar as suas tropas da Coreia do Sul em conformidade com a resolução de 30.ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

A União Soviética e Moçambique manifestam-se a favor de que o Oceano Índico seja livre de bases militares estrangeiras e exortam a liquidar tais bases existentes nesta área. Condenam a criação de uma base militar dos Estados Unidos da América na ilha Diego Garcia que constitui uma ameaça para a paz e segurança dos povos amantes da paz.

As partes atribuem grande importância ao papel que desempenha a Organização das Nações Unidas na causa da garantia da paz e da segurança internacionais, e exprimiram a aspiração comum de elevar a sua eficiência na base do respeito ao processo da Carta da ONU por todos os estados.

As partes manifestam-se a favor da liquidação da discriminação e de quaisquer obstáculos artificiais no comércio internacional, a favor da eliminação de todas as formas de desigualdade, de "díktat" e de exploração nas relações económicas internacionais.

Ambas as partes salientaram que o movimento de estados não-alinhados é um factor importante na política mundial. Chegaram a conclusão unânime de que estes estados, se unidos na base anti-imperialista, podem contribuir, em muito, para a luta comum pela liberdade e a independência nacional, pela igualdade de direitos dos estados, pela paz e pela segurança dos povos.

As partes soviética e moçambicana expressaram a inteira satisfação com os resultados da visita. As conversações realizadas e os entendimentos alcançados durante a visita constituem uma nova contribuição importante para o desenvolvimento da amizade e da cooperação frutíferas entre a União Soviética e a República Popular de Moçambique, na causa da luta comum contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo, no reforço da paz universal.

Samora Moisés Machel, em nome do Comité Central da FRELIMO e do governo da República Popular de Moçambique exprimitu o seu agradecimento profundo ao CC do PCUS, ao Presidium do Soviete Supremo da URSS e ao Governo soviético pela hospitalidade fraternal e revolucionária que lhe foi dispensada assim como aos membros da delegação de Partido e de Estado da República Popular de Moçambique.

Em nome do Comité Central da FRELIMO e do Governo da República Popular de Moçambique o camarada Samora Moisés Machel convidou o Secretário-Geral do CC do PCUS L. I. Brejnev a fazer uma visita oficial à República Popular de Moçambique.

Samora Moisés Machel convidou o presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS N. V. Podgorny a realizar uma visita oficial à República Popular de Moçambique. Ambos os convites foram acolhidos com agradecimento.



Os camaradas Nenko Tchendorv, embaixador da Bulgária, e Carlos Costa no decorrer da exposição

nome da paz e da compreensão entre os povos." Assim se referiu, certa vez, à Insurreição de Abril de 1876, o camarada Todor Jivkov, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista Búlgaro e presidente do Conselho de

Comité Revolucionário para a Libertação da Bulgária. Os acontecimentos de Abril de 1876 constituem o ponto culminante na história do povo búlgaro na sua luta secular contra o jugo estrangeiro e pela independência nacional.

# CHRISTO BOTEV: GRANDE POETA E DEMOCRATA REVOLUCIONÁRIO

Christo Botev, herói do Povo búlgaro, combatente da liberdade e da independência nacional, poeta emérito, nasceu em Dezembro de 1847.

Desde muito novo integrado no movimento democrático revolucionário, Botev dedicou a sua vida à luta contra o opressor otomano. Christo Botev morreu em combate pela liberdade do seu povo. Mas o seu pensamento — e o seu exemplo revolucionário — continuam bem vivos na memória do Povo búlgaro. A sua poesia revolucionária é um dos maiores contributos para a cultura nacional búlgara.

O seu nome figura ao lado de outros grandes heróis búlgaros, de outros destacados combatentes pelo bem-estar de todo o povo — Vassil Levski, Dimitir Blagoev e Georgui Dimitrov.

Durante a guerra dos povos contra o nazi-fascismo, durante a luta do Povo búlgaro contra os laços do nazi-fascismo que detinham o poder na Bulgária, Dimitrov incitava o Povo búlgaro ao combate sem tréguas contra os inimigos do homem. Muitos desses incitamentos de Dimitrov eram transmitidos directamente pela rádio clandestina. Esse emissor de rádio chamava-se, muito significativamente, "Aqui Rádio Christo Botev".

Em Abril de 1871, o proletariado da região de Paris realizava um dos mais importantes feitos da história da libertação dos povos: a Comuna de Paris. Em Abril de 1871, Christo Botev escrevia O CREDO DA COMUNA BÚLGARA:

"Creio na força comum e única do género humano sobre o globo terrestre, criadora do Bem.



"E na única ordem luminosa da sociedade, a salvadora de todos os povos das penas e dos sofrimentos seculares, por um trabalho fraternal, pela liberdade e pela igualdade

"E no espírito da razão, luminoso e criador, fortificando os corações e as almas de todos os humanos, para o êxito e a vitória do comunismo, graças à revolução.

"Creio na única e indivisível pátria de todos os seres e na propriedade comum de todos os bens.

"Confesso a minha fé no único e luminoso

comunismo, o que pode curar a sociedade dos seus vícios.

"Espera o despertar dos povos e a futura ordem comunista no Mundo inteiro".

Morrendo de armas na mão lutando pela liberdade, Christo Botev não pôde ver o seu povo construindo o comunismo, embora tenha sido um dos que mais contribuiu para o seu despertar. Por isso, o Povo búlgaro considera-o um dos seus filhos mais destacados. Por isso, Christo Botev permanece vivo nas vitórias diárias do socialismo na Bulgária.

Edições SEARA NOVA

ANDRADE SANTOS OESTINOS

A paisagem, os homens e as suas lutas, o quotidiano de uma região quase desconhecida e de contrastes tão vivos.

Colecção Ficcionistas Portugueses Preço: 75\$00

Edições SEARA NOVA

ROGÉRIO PAULO UM ACTOR EM VIAGEM

Reedição do relato ao vivo da experiência do autor numa Cuba exaltante e heróica.

Colecção De Leste a Oeste Preço: 75\$00

● "O seminário internacional contra o "apartheid" e em apoio da luta de libertação na República da África do Sul tem a maior importância para a África meridional" — declarou numa conferência de imprensa em Havana o presidente do Comité de Descolonização das Nações Unidas, Salim Ahmed Salim. Por seu lado o ministro peruano da Educação, Miranda Ampuero, afirmou que o seminário "servirá para demonstrar como uma grande maioria da humanidade rejeita o "apartheid" como sistema". A força da solidariedade internacional ganha cada vez mais peso na solução dos graves problemas com que se debatem em particular os povos sujeitos a uma maior exploração, à opressão fascista, à infâmia do racismo e do neocolonialismo.

● "Os operários estrangeiros são submetidos em França a uma exploração bárbara. São eles que principalmente sofrem as consequências da crise económica" — afirmou Georges Seguy, secretário-geral da CGT. A taxa do desemprego dos operários estrangeiros aumentou 163 por cento em 12 meses e a taxa de traumatismos profissionais por más condições de trabalho atingiu 22 por cento. Os salários dos emigrantes são inferiores em 17,6 por cento aos dos operários franceses.

● O mundo capitalista anda decididamente obcecado com o povo cubano. Há pouco falavam de "agitadores" cubanos invadindo terras do Alentejo, para fomentar a "subversão" no nosso país, ao serviço de inconfessados interesses estrangeiros... Hoje os cubanos dirigem-se para a Europa, duma forma geral. Uma "brigada europeia", englobando cerca de 2000 elementos, teria como objectivo especial "esperitar" o proletariado francês e alemão (que entretanto parece já estar a dar dores de cabeça suficientes aos senhores do capital monopolista dos respectivos países). O semanário federal alemão "Der Spiegel" dá o alarme! A imprensa "pluralista" portuguesa fornece a sua carinhosa cobertura.

● A África do Sul anunciou a imposição do recolher obrigatório e de uma "terra de ninguém" (zona tampão) de 1000 metros ao longo da fronteira da Namíbia (Sudoeste Africano) com Angola. Mais uma manifestação da insegurança do governo de Pretória.

● O Congresso norte-americano instou com a administração Ford para que reactive as conversações de paz de Genebra sobre o Médio-Oriente. Os senadores realçaram o facto de que a paz só será possível nesta zona do mundo se Israel devolva territórios ocupados e se for assegurado o futuro do povo palestino.

● A Frelim enviou um novo apelo ao secretário-geral das Nações Unidas e ao Conselho de Segurança, pedindo que a organização tome medidas imediatas para a garantia à autodeterminação para o povo de Timor-Leste.

● O aumento do custo de vida nos últimos doze meses, no Brasil, alcançou os 41 por cento a 30 de Abril. Trata-se do maior recorde inflacionário dos últimos seis meses. Destes 41 por cento de inflação, destacam-se os aumentos em transportes (46,15 por cento), alimentação (45,35 por cento), habitação (38,12 por cento), hortaliças (80,81 por cento), ovos (59,35 por cento), frutas (59,35 por cento).

● No seu programa eleitoral, o Partido Socialista Italiano pronuncia-se a favor da unidade com o Partido Comunista. Entretanto o início da campanha eleitoral tem sido assinalado por actos provocatórios de violência, desde o ataque pessoal ao lançamento de bombas incendiárias.

● Três milhões de lotes de terras destinadas à construção de casas de habitação foram distribuídos, desde Junho passado, às famílias camponesas pobres e operários agrícolas da Índia. Tomaram-se medidas para ajudar os que não têm meios suficientes para construir uma casa. Em certos Estados toda a população participa nos trabalhos de construção. Foram novamente criados bancos agrícolas que concedem empréstimos aos camponeses, em condições muito vantajosas.

● Na URSS são publicados mais de 8000 jornais, e cerca de 165 milhões de exemplares nas 57 línguas dos povos soviéticos e em nove línguas estrangeiras. A tiragem das mais de 6000 revistas soviéticas ultrapassa 177 milhões de exemplares. Cada família soviética dispõe, em média, de mais de quatro publicações periódicas.

● As importações cubanas da América Latina aumentaram de 4,5 milhões em 1970 para 77,5 milhões de pesos em 1974.

● A opinião pública da Nigéria e do Japão exigem o encerramento das estações de rádio norte-americanas que, a partir do seu território, têm vindo a emitir o habitual manancial de calúnias, tentando perverter a consciência dos povos. Os meios imperialistas que se fazem passar por partidários da "livre troca de informações" estão cada vez mais desmascarados.

● O custo de vida aumenta constantemente em Itália. Num ano, os preços aumentaram de 12 por cento. Apenas no mês de Fevereiro, subiram mais de 2 por cento.

● Na Inglaterra os preços de retalho subiram 22,9 por cento, durante o último ano. As tarifas dos transportes públicos, os preços do gás e da electricidade foram os que mais subiram. 138 mil lares ingleses não tiveram possibilidade de pagar a luz, tendo-lhe sido cortada. Só o preço da electricidade sofreu um aumento de 86 por cento.

● Segundo as estatísticas oficiais, os preços dos produtos agrícolas nos EUA ultrapassam actualmente em 12 por cento os do ano passado. A inflação no preço de carne e derivados, foi particularmente sensível.

● De Fevereiro de 1975 a este ano, o índice dos preços de consumo na Dinamarca aumentou em 11,6, o que se deve sobretudo à rápida subida dos principais produtos alimentares, vestuário e combustíveis.

# Info mação

## URSS: aliada firme dos combatentes pela independência e liberdade

"A União Soviética sempre foi e continua a ser aliada e firme apoio dos combatentes pela independência nacional, pelo direito sagrado dos povos de decidir dos seus próprios destinos. É este o dever internacionalista sublinhado pelo PCUS e por todo o povo soviético" — afirma, em editorial, o Pravda, que prossegue — "Um povo que luta pela sua liberdade e pela sua independência, pode sempre contar com a solidariedade e o apoio do país da revolução de Outubro, é a própria experiência histórica o confirma".

"A União Soviética concede e continuará a conceder o seu apoio aos povos que combatem por estes nobres objectivos. Mas não pretende com isso qualquer lucro, não tenta obter concessões, nem a supremacia política, nem a instalação de bases militares. O princípio inviolável da política leninista estrangeira consiste em respeitar o direito de todos os povos e de todos os países a escolher a sua própria via de desenvolvimento. Mas tanto nos países em vias de desenvolvimento como em todos os outros, a União Soviética está ao lado das forças do progresso, da democracia e da independência nacional.

"Nem uma propaganda imperialista refinada, nem as mentiras propaladas pelos maioistas, nem as provocações das outras forças da reacção, podem denegrir o auxílio generoso da União Soviética aos países em vias de desenvolvimento, nem enfraquecer as nossas acções comuns pela paz e pela segurança dos povos" — sublinha também o Pravda.

Os agentes do imperialismo, os provocadores de todas as castas, têm uma preocupação fundamental na sua prática diária: a criação de sentimentos anti-soviéticos na consciência dos povos, como forma segura de evitar que se apercebam e se batam pelos seus próprios interesses, e assim se tornem facilmente manobráveis nas mãos do capital. O país dos soviéticos é apresentado como um outro imperialismo, mais cruel, "ditatorial" e explorador que o real imperialismo. Em contrapartida, a sociedade capitalista surge com um estranho eldorado, feito de miséria e decadência, para que não haveria alternativa.

O aspecto particular da "exploração" a que seriam sujeitos os povos economicamente mais débeis nas suas relações com a União Soviética — é tecla particularmente tocada.

Já temos disso experiência em Portugal. Mas há outros casos bem mais significativos. O do Egipto pode ser considerado exemplar.

"As relações soviético-egípcias, nomeadamente no domínio da economia, constituíram sempre um factor de peso na solução de um dos mais importantes problemas: a autêntica independência da República egípcia face ao capital monopolista ocidental, a criação das condições necessárias para assegurar o sucesso do avanço do país na via do progresso social" — é afirma-se no jornal soviético "Sotsialisticheskaja Industrija", numa análise das relações comerciais e económicas entre os dois países.

Neste campo, os números são particularmente elucidativos:

Em mais de 100 empresas, criadas e construídas com a activa contribuição económica e técnica da URSS, mais de 80 estão em funcionamento e 30 são empresas importantes;

A União Soviética contribuiu para a criação e desenvolvimento de ramos industriais tão importantes para a economia egípcia como a energética, as construções mecânicas, a construção naval, a metalurgia e a química. De notar também a construção, com o contributo da URSS, da barragem do Assuão.

Analisando a estrutura das trocas comerciais entre a URSS e o Egipto, nota-se que nas exportações egípcias estão em primeiro lugar o algodão e o arroz, entre outros. Com estas e outras mercadorias o Egipto reembolsa a União Soviética dos créditos concedidos em condições particularmente favoráveis.

Por seu lado, a União Soviética enviava para o Egipto mercadorias com forte procura internacional que não podiam deixar de contribuir para o crescimento do potencial económico da República Árabe do Egipto, tais como ferro, combustível, equipamento para altos fornos, máquinas-ferramentas de diversos tipos, máquinas para trabalhos de construção, locomotivas diesel, entre outras.

Hoje, por mão de Sadat, o povo egípcio viu-se privado dos benefícios de vária ordem que lhe advinham das suas relações com o mundo socialista. Sadat anda de mão estendida pelo mundo capitalista. Recolhe promessas. Apoios políticos. O capitalismo monopolista não pode estar interessado no prosseguimento do desenvolvimento económico independente de um Egipto rico, em que forçosamente baixariam os lucros da sua exploração.

Este um fundamento das "revolucionárias" acusações à União Soviética. Dos esforços para transformar o seu auxílio internacionalista aos povos em luta, em manobras próprias de Washington ou de Bona.

## Reacção espanhola aposta no divisionismo

Dentro de dois meses deverá ser apresentada às Cortes espanholas uma proposta de lei eleitoral que impede os comunistas de concorrer às eleições gerais do próximo ano. A proposta de lei exclui expressamente os comunistas, autorizando os outros partidos, hoje na clandestinidade, a participar nas eleições.

As eleições destinam-se a preencher 300 lugares na Câmara Baixa, e 200 dos 285 lugares no Senado de um novo Parlamento de duas Câmaras. Os restantes senadores serão nomeados.

Quer quando apresenta quase livremente o seu rosto repressivo, quer quando se vê constrangida à utilização de armas mais subtis, a reacção conta com inúmeros recursos, uma experiência notável, corpos profissionais especializados na contenção da luta dos povos.

A Espanha de hoje assiste à utilização simultânea de vários desses recursos. A repressão herdada dos tempos em que o

ditador era vivo, segue o seu curso; apenas sobressaltado pela campanha desenvolvida pelas massas trabalhadoras espanholas e a nível internacional, pelas liberdades políticas e por uma verdadeira amnistia.

Depois da prisão de Marcelino Camacho, Nazario Aguado e Alvarez Dorransoro, o governo espanhol acaba de proibir uma "marcha da liberdade", que sectores antifascistas se propunham realizar este verão por toda a Catalunha.

Ao mesmo tempo, a "Michelin de Lasarte" (San Sebastian) anunciou o despedimento colectivo dos 2390 trabalhadores da empresa, que completaram 100 dias de greve. A Michelin pode assim despedir todos os seus trabalhadores como represália pela greve, anunciando que "vai proceder em breve à admissão de pessoal para retomar gradualmente as suas actividades".

Em Espanha, uma das mais importantes armas de luta das massas trabalhadoras contra a exploração capitalista, continua a ser ilegal. Como o são de facto os mais elementares direitos políticos, como o de reunião ou livre actuação de partidos.

A legalidade continua a traduzir-se no arbítrio da repressão, na liberdade de prender e torturar os que se batem pela verdadeira liberdade para o povo espanhol.

Os projectos para excluir os comunistas do processo eleitoral, revelam mais uma vez o verdadeiro cariz da "liberalização" de Navarro & C.". Representam também mais uma tentativa de divisionismo das forças antifascistas — arma particularmente querida às forças da reacção.

Não falta sequer à encenação a tentativa de ilibar personagens governamentais — neste caso a figura do rei — do conjunto de medidas antipopulares do regime para o poder fazer sobreviver, em caso de necessidade, através de tais figuras preservadas.

O artifício não colhe — mas nem por isso deixa de ser utilizado lado a lado com toda a outra casta de manobras.

As reais contradições no seio do regime, que mais não traduzem que o debate de vias a seguir para manter estático o essencial, são apresentadas como luta intestina em que uma das partes estaria interessada em defender os direitos do povo espanhol, mas ver-se-ia constrangida... a agir contra tais direitos.

Enquanto o sistema se esforça por se manter intocado, e as únicas alterações visíveis na cena política espanhola se baseiam em vitórias duramente alcançadas pelas massas populares, defendidas e impostas palmo a palmo, dia-a-dia, a famíliadas países capitalistas dos vários continentes vai aplanando caminhos para — formalmente metamorfoseada a face de Espanha — se lhe abrirem as portas das organizações internacionais que se dizem defensoras dos princípios democráticos.

Na reunião que reuniu em Oslo os representantes dos países da NATO, o secretário de Estado norte-americano, nas suas indicações extra-oficiais, foi avançando — mais uma vez — que a Espanha deveria ingressar, TÃO CEDO QUANTO POSSÍVEL, nas "instituições ocidentais". Acrescentando que a maneira como a política está a evoluir em Espanha permite relações mais estreitas entre este país e os seus parceiros europeus (!).

A Europa capitalista apressa-se, com os Estados Unidos na vanguarda, a reintegrar a Espanha no seu seio. Velho sonho que a recordação dos crimes de Franco na memória dos povos ainda não permitiria.

O povo espanhol continua à míngua de liberdade. Mas a "democracia" ocidental é pouco exigente. Contenta-se mesmo com débeis e já estaladas pinturas de fachada. Qualquer fascismo pode ser apelidado de democracia por aqueles que muito desejariam inverter o curso da história, esvaziar por completo de sentido as pobres "democracias" que imperam em suas terras.

Mestra na linguagem da repressão, a Espanha de hoje teria também os sinuosos caminhos da mistificação política.

Caminhos difíceis no confronto com a experiência e a organizada luta popular.

## OSLO: a linguagem agressiva do capitalismo em crise

"A Aliança Atlântica atravessa actualmente tempos difíceis" — afirmou o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, no decorrer da sessão inaugural do Conselho do Atlântico Norte, que terminou em Oslo.

Luns referia-se ao "espantalho comunista" que se ergue agora também em terras de França e da Itália. Reteria-se ao Portugal revolucionário que — a despeito das manobras da direita, do potencial em homens e dinheiros da CIA — continua a constituir ameaça séria ao "equilíbrio" do mundo capitalista europeu. Referia-se a uma Espanha convulsionada por lutas populares que contestam a continuidade do franquismo sem Franco.

"A actual situação da NATO é deplorável, quer no seu flanco Norte, quer mais longe, no sudoeste, no Mediterrâneo", pois os próprios aliados se confrontam, "e por vezes duramente" — prosseguiu Luns, numa clara alusão aos conflitos entre a Islândia e a Grã-Bretanha, e entre a Grécia e a Turquia. Conflitos baseados na sujeição real aos parceiros mais fortes a que são submetidos alguns dos países da própria Aliança.

O comunicado final saído da reunião em Oslo, em que participaram os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quinze países que integram a NATO, vem impregnado de um mal encoberto belicismo, do despeito pelas derrotas que o imperialismo está a sofrer em África (em particular o caso de Angola), de um anti-sovietismo latente. A despeito das afirmações de princípio de não ingerência nos problemas internos dos Estados membros — problemas que entretanto foram detalhadamente debatidos em encontros bilaterais — a referência à importância de "se manter o equilíbrio de forças em toda a área mediterrânea", traz o selo inequívoco dessa negada e tão praticada ingerência.

No comunicado final salienta-se que "a manutenção do crescimento da potência militar dos países do Pacto de Varsóvia ultrapassa os níveis aparentemente justificados

por motivos de defesa. A continuação de tal tendência poderá conduzir a uma corrida ao armamento de dimensões perigosas". Palavras ameaçadoras, envoltas numa capa de sinistro cinismo. Inventa-se um crescimento de potência militar ultrapassando os níveis exigidos pelo carácter defensivo, para se avançar com os perigos de "uma corrida ao armamento", em que só a própria NATO pode estar interessada.

"Não poderá ser estabelecida a confiança necessária entre o Leste e o Ocidente se as crises e as tensões que se evitam na Europa surgem noutro lado qualquer" — afirma-se também no comunicado final.

Não seria crível que estas palavras contivessem uma sombra de autocrítica, como é evidente. Nesta passagem, os países da NATO falam de Angola. Da Angola que pensaram ter nas mãos e que perderam. Da Angola que ainda se esforçam por reganhar. Da Angola resgatada por um povo em luta encabeçado pelo MPLA, pela ajuda fraterna dos povos amigos. Da Angola em que o imperialismo se empenhou a fundo e ainda hoje se empenha. Para vir dizer a público que a ingerência nos problemas do seu povo parte daqueles que estendem as mãos a esse mesmo povo.

Em tal análise dos factos ressalta a cegueira de atribuir em exploração a auxílios externos o que sem o querer dos povos não pode ser feito — as mutações revolucionárias, os processos de libertação. Ou tal pretensa análise funciona como simples pretexto. Mas ressalta também o lúcido reconhecimento do papel dos países socialistas como defesa e vigoroso auxílio aos povos que se batem pelo progresso social, por uma nova vida; o esforço de transformar as actas de Helsinquia — vitória das forças progressistas de todo o mundo — em instrumento da reacção internacional, estorvo na solidariedade internacional dos que lutam pela liberdade (o papel que lhe é atribuído pelos autoproclamados revolucionários grupitos esquerdistas de todas as matizes).

Luns afirmou que vão negros os tempos para a Aliança Atlântica, expressão militar dos países capitalistas europeus e do imperialismo americano. Referia-se aos desaires políticos, e em particular às perspectivas pouco brilhantes que se abrem ao próprio sistema capitalista nos países em que ele assume formas mais acabadas, às suas possibilidades de pressão militar sobre o resto do mundo.

Também no campo económico vão negros os tempos para o capitalismo europeu. Tempos de penúria a atestar a falência do sistema económico que ainda impera numa boa parte do velho continente.

A Comissão das Comunidades Europeias (organismo que congrega a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica) publicou recentemente um relatório sobre o ano agrícola de 1975, e que dá uma ideia geral do descalabro da situação económica actualmente reinante nos nove principais países capitalistas europeus: RFA, França, Itália, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca.

Afirma-se no relatório: "O ano de 1975 entra, nos anais dos países industrializados (capitalistas, entenda-se), como o ano de recessão económica mais grave desde a Segunda Guerra Mundial. A situação económica caracteriza-se, com efeito, por um recuo substancial da produção industrial, uma taxa de desemprego elevada, a persistência de uma forte inflação e distorções nas balanças de pagamentos".

E o comunicado prossegue: "A agricultura da Comunidade, em 1975, continuou a caracterizar-se por desequilíbrios entre a oferta e a procura para vários produtos".

"Em 1975, a economia da Comunidade caracterizou-se pela mais grave recessão do pós-guerra — afirma-se. — Por isso, pode-se esperar que o Produto Interno Bruto da Comunidade diminua cerca de 2,5 por cento em volume. Em Outubro de 1975, o desemprego rondava os cinco milhões de pessoas, ou seja mais dois milhões do que doze meses antes e mais de 4,5 por cento da população activa" (...)

"A forte alta do nível geral dos preços permanece um problema inquietante em todos os países da Comunidade. O aumento de preços na Comunidade foi da ordem de 10,5 por cento em 1974 e ultrapassará 14 por cento em 1975".

São claras as palavras, clara a análise que se insere num relatório insuspeito, que dificilmente pecará por pessimismo e tão pouco estará interessado em carregar nas cores da agonia de um sistema para cuja defesa existe.

A degradação do sistema capitalista, se se traduz em condições particularmente favoráveis à actuação das forças de esquerda, à consciencialização das mais vastas massas populares, comporta também a agudização dos perigos.

A linguagem agressiva que se falou em Oslo vale por um alerta à vigilância dos povos.

O não ter sido focado como tema oficial um ponto candente para o mundo capitalista como a eminência de governos de esquerda a encabeçar países da NATO, atesta da força da vontade popular, quando organizada, e que tem vindo a limitar cada vez mais o campo de manobra do imperialismo. Aponta o caminho que deve continuar a ser trilhado.

Edições SEARA NOVA

### JOSÉ SARAMAGO OS APONTAMENTOS

A reflexão polémica sobre o período mais crítico da Revolução Portuguesa analisada pelo ex-director adjunto do Diário de Notícias, um dos muitos saneados pelo novo conceito pluralista de informação.

Colecção Cadernos Seara Nova

Preço: 80\$00

# Depoimento de Samuel Riquelm

## DESTRUIR A JUNTA DOS GENERAIS TRAIADORES

O camarada Samuel Riquelm fala-nos da evolução da luta operária e popular no Chile, da experiência do Governo de Unidade Popular, das perspectivas que se abrem ao movimento em marcha para derrube da ditadura

Damos hoje início à publicação dos depoimentos feitos ao "Avante!" acerca da situação nos respectivos países pelos destacados dirigentes comunistas que estiveram entre nós quando da realização da jornada de solidariedade com os povos da América Latina. Nesta edição falaremos do Chile.

Militante do Partido Comunista do Chile há 38 anos, o camarada Samuel Riquelm, que é membro do Comité Central daquele Partido irmão, foi durante algum tempo secretário-geral da Juventude Comunista e destacado dirigente sindical.

Preso com Luís Corvallan, secretário-geral do PCC, após o golpe fascista de 11 de Setembro de 1973, que instauraria o regime de terror no Chile, foi submetido às mais cruéis torturas, passando dois anos nos campos de concentração da ditadura de Pinochet, nomeadamente Estádio Nacional, Ritoque, Três Álamos e Penitenciaría.

Perante a forte pressão do movimento de solidariedade internacional o regime fascista chileno foi obrigado a libertar o camarada Samuel Riquelm, expulsando-o depois do país. Damos a palavra a Samuel Riquelm.

Este ano, nos vários lugares do mundo onde se encontram comunistas chilenos, vamos celebrar os 54 anos do nosso Partido. Celebraremos também, em 16 de Julho, o centenário do nascimento de Luís Emilio Recabarren, o grande organizador do Partido Comunista do Chile. Foi ele o primeiro que começou a dar estrutura orgânica ao proletariado chileno, conduzindo à criação de sindicatos e da Federação Operária Chilena, que é já a organização unitária de todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o camarada Recabarren dedicava-se também às relações da classe operária com os seus aliados naturais, os camponeses.

O processo revolucionário, os objectivos da revolução no nosso país têm características anti-imperialistas e anti-oligárquicas. Para poder destruir a penetração imperialista no Chile e o latifúndio é necessário (e isso o entendeu muito bem Luis Emilio Recabarren) unir a classe operária com o seu aliado natural, o campesinato. E, desde então, desde o ano de 1922, que o Partido Comunista Chileno trabalha arduamente pela unidade da classe operária e dos camponeses.

Mas, por outro lado, o nosso Partido foi entendendo cada vez melhor que, para derrotar o imperialismo, a oligarquia e os grandes latifundiários, não basta a unidade da classe operária e dos camponeses. Estes têm que ganhar para a luta outras forças. Têm de atrair ao processo revolucionário, à luta pelas mudanças, os sectores médios da população, pequenos comerciantes, industriais, quadros e intelectuais.

A partir de 1933, tornam-se mais claros os objectivos da

importantes da cultura. Adere ao Partido um grande poeta, um intelectual de mérito, Pablo Neruda. Junto com Pablo Neruda aderem muitos outros, intelectuais, escritores, artistas. As principais figuras da intelectualidade do nosso país são militantes comunistas.

Esta grande tarefa dos comunistas chilenos culmina, por assim dizer, quando se consegue constituir a Central Única dos Trabalhadores, na sequência de um grande processo unitário, através das lutas da classe operária, dos trabalhadores do campo, dos empregados, dos professores, de todos os que vivem de um ordenado ou de um salário.

Nós continuamos a afirmar que a classe operária tem que ser o motor da luta pela unidade e pelas mudanças revolucionárias. Temos em conta a experiência vivida anteriormente no governo de Frente Popular, onde a classe operária não teve uma participação directa, importante dentro do processo revolucionário.

A luta pela unidade deu resultados. Por um lado, classe operária unida, trabalhadores unidos, por outro um desenvolvimento maior da organização nos campos. Foi-se tomando cada vez mais evidente o facto de a classe operária ser o centro e o motor das mudanças em favor da unidade. Começámos, então, também a consolidar mais a unidade política entre os dois partidos mais importantes da classe operária no Chile, o Partido Comunista e o Partido Socialista.

Isto não foi fácil. Houve muitas lutas. No trabalho com os socialistas deparámo-nos com muitas dificuldades. Houve uma época em que o centro das preocupações de comunistas e socialistas era como encontrar um entendimento entre ambos os partidos. A luta no nosso país foi muito violenta entre socialistas e comunistas. É claro que a direita, o imperialismo, estavam felizes por o centro das nossas preocupações ser a luta entre ambos os partidos. Fomos trabalhando pacientemente até que conseguimos obter um entendimento de comunistas e socialistas e já há cerca de 17 anos que vimos trabalhando juntos. Pusemo-nos de acordo no contexto dos objectivos da nossa revolução e, então, junto com eles, junto com o Partido Socialista, com os radicais da esquerda cristã e o MAPU conseguimos ter êxito nas eleições presidenciais do ano de 1970, elegendo o companheiro Salvador Allende. Aqui já, na condução dos assuntos do governo popular está a presença dos dois partidos principais da classe operária. A classe operária deve ter um papel fundamental no processo revolucionário no nosso país. E, como sabem, esse governo tomou medidas de fundo.

Nacionalizou as principais riquezas que estavam nas mãos das empresas imperialistas norte-americanas: cobre, fosfatos, ferro, telefones, electricidade. E foram também, então, confiscadas aquelas indústrias mais importantes e estratégicas que estavam em poder dos capitais nacionais. Juntamente com isto, foi dado um golpe muito forte na oligarquia financeira quando foram nacionalizados os bancos. Por outro lado, começa-se a expropriar o grande latifúndio e a entregar a terra aos camponeses.

### DURANTE A UNIDADE POPULAR

Há uma política nova no campo social para a classe operária, para todos aqueles que vivem de um ordenado ou de um salário. Os problemas da saúde são vistos de outro ângulo, de modo a servirem a imensa maioria dos chilenos. E no âmbito dos problemas da educação, abrem-se as portas das universidades para que nelas entrem os filhos dos operários e os filhos dos camponeses. Produzem-se então, com o Governo de Unidade Popular, mudanças revolucionárias importantes. Em certo sentido, já se vão dando passos para a construção do socialismo afectando, claro, os interesses do imperialismo norte-americano, da oligarquia terratenente e financeira. Começa então, também, a conspiração contra o governo de Unidade Popular. E essa conspiração começa no mesmo instante em que triunfa a Unidade Popular. A CIA, que trabalha intensamente para impedir que o parlamento chileno aprove o veredicto popular, organiza a provocação e o assassinio do comandante-chefe das Forças Armadas, René Schneider. O povo mantinha-se neste momento vigilante para impedir que pudesse ter êxito a conspiração. E, em grande parte, essa vigilância activa de todas as forças progressistas que tinham obtido, através do voto popular, a constituição deste governo fizeram com que nesse instante fracassasse a conspiração.

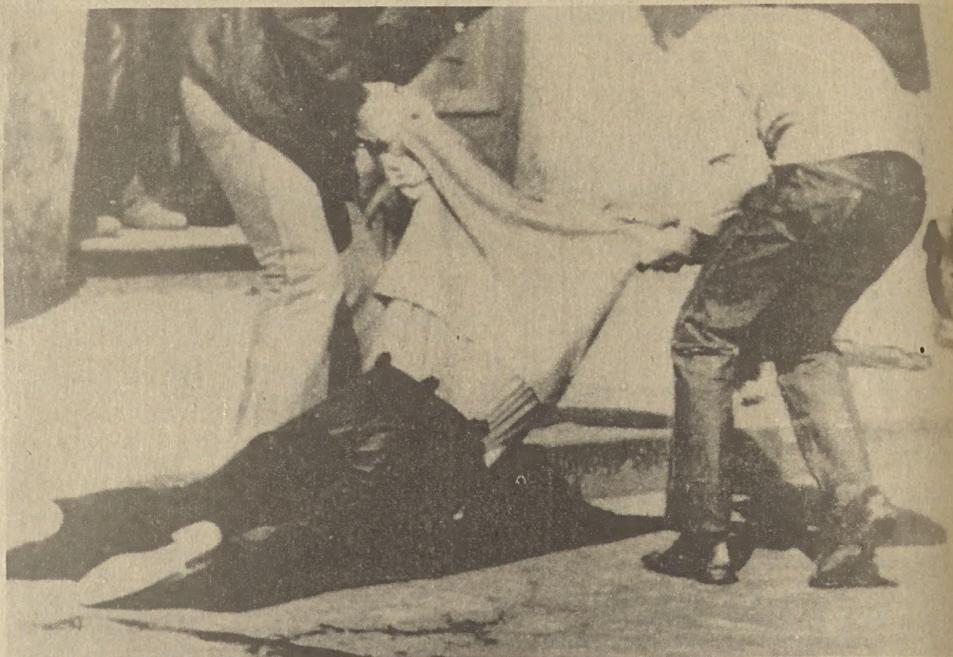


A imagem dispensa comentários sobre as condições de vida no Chile

Mas, como sabemos, os reaccionários, o imperialismo, não estão de braços cruzados. Trabalham. Mobilizam-se.

### O PAPEL DA ULTRA-ESQUERDA

O imperialismo e a reacção começam a utilizar outro tipo de processos. Começa a aparecer a ultra-esquerda. Que papel desempenhou a ultra-esquerda em tudo isto? Participou na preparação de todas as conspirações do imperialismo e da reacção. Os médios agricultores, que deviam e tinham que ser



A exploração, a violência, a morte — as únicas certezas que a Junta Militar ofereceu ao Chile com o golpe fascista

aliados na luta pela reforma agrária contra os latifundiários, com a ocupação das suas pequenas propriedades por parte dos esquerdistas, vão-se transformando em aliados dos grandes agrários e não em aliados do processo revolucionário. Os pequenos industriais, em vez de serem um apoio, um suporte importante do processo da revolução chilena com a ocupação dessas indústrias que não desempenham nenhum papel estratégico em todo o processo de luta pelas mudanças revolucionárias com essa ocupação comandada pela ultra-esquerda, os esquerdistas, vão-se transformando também em inimigos do Governo de Unidade Popular.

A ultra metete-se nas manifestações populares e aparece aí como um corpo paramilitar com capacetes, com paus, com correntes para ir criando também condições favoráveis dentro das próprias Forças Armadas para que estas apoiassem a reacção e o imperialismo, que diziam: "Vocês vão ser afastados, está-se a formar um novo exército". E assim foram criando relações tensas entre as Forças Armadas e o Governo de Unidade Popular.

A imagem que a ultra-esquerda criou com tudo isto era uma imagem de que não havia autoridade, de que não havia governo. Juntamente com isto a reacção começou a actuar junto das associações profissionais, junto dos médicos, dos engenheiros, dos advogados, fomentando greves contra o Governo de Unidade Popular. Conseguem utilizar um grémio importante, o dos patrões da camionagem, paralisando as principais cidades do país, repito, para ir criando a imagem de que aqui não há governo, aqui não há autoridade. E esses foram os factores que eles começaram a reunir para o golpe.

O golpe teve um objectivo. O objectivo de liquidar tudo o que a Unidade Popular havia conquistado.

### O POVO NÃO ESTÁ PARADO

Hoje, há uma crise profunda no nosso país. Há terror, torturas, prisões. Mas o povo chileno não está tranquilo, não está parado. E apesar dessa situação de fome, de miséria, de terror, de tortura, luta-se, combate-se.

O Partido Comunista, as forças populares actuam para conseguir uma mudança no Chile. A nossa grande tarefa é destruir a ditadura dos generais traidores.

Os próprios militares devem estar na luta. Para nós é claro que no golpe fascista, a participação dos militares foi pequena, que os fascistas dentro das Forças Armadas chilenas formam um grupo muito reduzido. A imensa maioria não tem as mãos manchadas com sangue. Não são torturadores.

Nas prisões, ao conversar com os carcereiros, ao perguntarem-nos eles o que se ia passar, se haveria mudanças no Chile, nós dizíamos-lhes que sabemos que no interior das Forças Armadas há um grupo maioritário que não tem as mãos manchadas com sangue e que tem de estar com o povo.

E aqui eu quero entroncar a situação que se produziu com o triunfo das forças revolucionárias portuguesas. O povo chileno recebeu com emoção as mudanças operadas em Portugal. E essa fotografia que percorreu o mundo inteiro, em que se vê um menino a pôr o cravo na espingarda do soldado, essa mesma fotografia servia-nos também a nós, nos vários campos de concentração, para dizer aos soldados, para dizer aos oficiais: vocês têm que estar assim, como o exército, como os soldados,

assassinados. Mas apesar disso e da repressão que continua, a organização clandestina no interior do país é cada vez maior. Começa-se já a organizar a luta dentro da classe operária pelas suas reivindicações específicas e combinando-as já com a luta política, pondo já os problemas a nível político. Nas suas reivindicações, os operários exigem o fim da repressão, o fim do estado de sítio, a dissolução da DINA, o organismo policial repressivo da Junta fascista.

Podemos dizer também, companheiros, que se estão a produzir na base, na unidade, o entendimento com outras forças, para organizar uma ampla frente contra o fascismo, chamando a ela inclusive a democracia cristã. Com os democratas-cristãos começa a realizar-se já determinadas lutas em conjunto entre a classe operária, os camponeses, como produto desta luta, deste entendimento, entre a Unidade popular e a Democracia Cristã. Há muitos democratas cristãos que sofrem as consequências da sua participação na luta contra o fascismo. Estão presos e são torturados. Há também um trabalho bastante interessante desenvolvido pela Igreja.

A Igreja católica no Chile, bem como a Igreja protestante, desde o primeiro instante do golpe, não estiveram com a Junta fascista e protestaram. Foram factores importantes para que muitos presos, muitos companheiros desaparecidos, pudessem aparecer à luz do dia e salvar a vida. Há um trabalho que se realiza em conjunto com a Igreja e com os sectores antifascistas que combatem a Junta dos generais.

### UNIDADE CONTRA A DITADURA

Mas voltando à luta unitária contra a ditadura, devo referir que não há entendimento entre os dirigentes da Unidade Popular e da Democracia Cristã, porque existe um factor negativo no seio da Democracia-Cristã que é Eduardo Frei. Foi ele que pôs toda a espécie de obstáculos para dificultar um entendimento entre a Unidade Popular e a Democracia Cristã. Repito: isto não se dá nas bases. Nas bases, há entendimento e há trabalho conjunto.

Quando à condução da ultra-esquerda, depois do golpe, não foi boa, sobretudo porque perante a repressão o seu comportamento não foi firme. Houve muitos delações. Nos vários campos de prisioneiros onde nos encontramos, havia diferentes tendências e correntes entre os elementos da ultra-esquerda.

E quando falo da ultra-esquerda refiro-me, em grande parte, do MIR, (Movimento da Esquerda Revolucionária).

A ultra-esquerda não tem, além disso, qualquer expressão entre o povo chileno. Toda a organização foi praticamente desarticulada. Eu diria que, entre os esquerdistas, reina a desorientação.

### DIVISÃO ENTRE OS MILITARES

No que respeita às Forças Armadas, no seu conjunto, as dificuldades aumentam. A sua coesão enfraquece. Há manifestações de descontentamento, de falta de entendimento entre eles.

Ainda não há muito tempo, Pinochet, que se encontrava na altura no sul do país, proibiu terminantemente que um manifesto lançado por Eduardo Frei fosse publicado. Mas, contra as suas ordens, o manifesto veio a público. Pinochet foi desautorizado e essa desautorização partiu dos generais, partiu do mais alto nível do Exército. Pinochet interrompeu a digressão pelo sul. Era para visitar outras províncias, mas regressou a Santiago do Chile para apresentar a sua primeira renúncia ao cargo. Mas, em vez de a apresentar aos generais do exército apresentou-a aos outros membros da Junta e continuou no Poder.

A justificação apresentada para a publicação do documento de Eduardo Frei foi a de que se tratava de um ex-presidente da República.

No interior das Forças Armadas começam a verificar-se divergências e mesmo a oposição declarada de oficiais à ditadura fascista. Alguns estão mesmo presos.

Quando há tempos se levantou o problema de permitir ou não a entrada no país de uma comissão da ONU, para investigar aspectos ligados com a prática da democracia, soube-se que a maioria dos generais do exército não se opunha. Mas a visita acabou por não ser permitida.

Há cansaço entre muitos militares. Além dos presos, há também oficiais expulsos do país. O carinho que, antigamente, existia para com os militares, foi substituído pelo ódio popular. E isto tem os seus efeitos inclusivamente ao nível das famílias dos militares, que não escondem a sua preocupação e o medo do futuro.

Nós sabemos que os fascistas, os militares torturadores, são uma minoria dentro das Forças Armadas. Muitos dos que não são fascistas já começaram a sentir claramente que foram enganados e sentem repulsa pelo facto de os militares estarem contra o povo e serem odiados por este. Daí os actos de revolta, mais ou menos claros, e as consequentes prisões e exílios.

No sector militar, portanto, as coisas não vão tão bem como a Junta gostaria e este poderá ser um factor que, dentro de um prazo mais ou menos curto, poderá trazer fortes consequências, se o juntarmos à crescente mobilização popular, cujo avanço, apontado para o derrubamento da ditadura e a instauração da democracia, é já irreversível. Será uma questão de tempo.

Outro factor de grande peso para o crescente isolamento da ditadura terrorista no Chile é a Revolução Cubana. A sua influência é muito grande em toda a América Latina. É um exemplo vivo de que o socialismo é invencível, de que só ele serve ao progresso e à paz dos povos. A solidariedade do povo cubano os seus actos consequentes de internacionalismo proletário são uma grande ajuda para o povo chileno.



revolução no nosso país, que têm um conteúdo anti-imperialista e anti-oligárquico. Entendeu-se também que era necessário desenvolver-se, juntamente com a unidade da classe operária, dos camponeses e das camadas médias, a unidade política. O nosso Partido começa a trabalhar recorrendo às experiências internacionais, às experiências da organização da Frente Popular, em França e na Espanha. No ano de 1936, no Chile, constitui-se então uma unidade política muito ampla, na qual participam os partidos fundamentais dessa época, os partidos populares fundamentais no Chile. Refiro-me ao Partido Socialista, ao Partido Radical, ao Partido Democrático e ao Partido Comunista. Com essas quatro forças dá-se então início à constituição da Frente Popular. A Frente Popular tem êxito no nosso país quando, pela primeira vez, o movimento popular consegue eleger um presidente da República. Tratava-se, é claro, de um governo onde tinha preponderância a burguesia. A classe operária não tinha a força suficiente para encabeçar o processo. Mas fizeram-se, ainda assim, algumas transformações, embora a estrutura fundamental da penetração imperialista se mantivesse. Não se fez a reforma agrária. O que se conseguiu foi organizar os camponeses. Criou-se a Corporação do Fomento da Produção e foram-se dando alguns passos com o afastamento de alguns grandes capitalistas nacionais.

### PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA

O nosso Partido continuou a trabalhar fundamentalmente no sentido de uma maior participação da classe operária e juntamente com isso foi fortalecendo a organização partidária.

Como os camaradas sabem, o Partido Comunista Chileno é um partido da classe operária. Nos grandes centros industriais, proletários, o Partido Comunista é uma força considerável, nos fosfatos, no cobre, no carvão. Desenvolveu-se também noutros lados. Entre os trabalhadores da construção civil, entre os ferroviários, marítimos, metalúrgicos, trabalhadores da indústria têxtil. Mas, embora no fundamental, o PCC seja um partido da classe operária (a composição social do nosso Partido conta com cerca de 78 por cento de operários, de trabalhadores, de camponeses) também vieram ao Partido personalidades muito

### SOLIDARIEDADE DO PCP COM OS CAMARADAS CHILENOS

A vaga de repressão fascista prossegue no Chile. Colocados na primeira fila da luta popular contra a opressão e o terror, pela democracia, pela paz e pela verdadeira independência, os comunistas chilenos são, naturalmente, as grandes vítimas dos brutais métodos da Junta fascista.

No passado dia 21, o Secretariado do Comité Central do PCP, interpretando os firmes sentimentos de solidariedade dos comunistas portugueses para com os camaradas chilenos, recentemente bem demonstrados na Jornada de Solidariedade com os Povos da América Latina, enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Chile o seguinte telegrama:

Perante notícia prisão pela Junta Militar fascista dos camaradas Víctor Díaz, Mário Zamorano e Jorge Muñoz e outros antifascistas, reafirmamos inteira solidariedade do PCP e dos comunistas portugueses à luta dos comunistas e do povo do Chile, erguemos nosso firme protesto contra a repressão, exigimos a libertação de todos os patriotas presos.